



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CALIDO MANGO

**MONOPARTIDARISMO E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU:
TRANSIÇÕES POLÍTICAS, CONFLITOS E MEDIAÇÕES**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

CALIDO MANGO

**MONOPARTIDARISMO E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU:
TRANSIÇÕES POLÍTICAS, CONFLITOS E MEDIAÇÕES**

Monografia apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção de título de licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Craice da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M243m

Mango, Calido.

Monopartidarismo e democracia na Guiné-Bissau : transições políticas, conflitos e mediações / Calido Mango. - 2019.

61 f. : il. mapas.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva.

1. Democracia - Guiné-Bissau. 2. Guiné-Bissau - Política e governo. 3. Sistemas monopartidários - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 324.209665

CALIDO MANGO

**MONOPARTIDARISMO E DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU:
TRANSIÇÕES POLÍTICAS, CONFLITOS E MEDIAÇÕES**

Monografia apresentada ao Instituto de Humanidades de Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção de título de licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em: 21/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert (Orientador)

Doutor em Ciências Sociais – Estudos Africanos em Leiden University, Holanda
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva (Co-orientadora)

Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo (Examinador)

Doutor em Estudos Étnicos Africanos pela Universidade Federal da Bahia
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Paulo Gomes Váz (Examinador)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

DEDICATÓRIA

Dedico ao:

Aladje Sambú Mango (meu pai), à Binta Camará (minha mãe) e a Mariato Mané (minha madrasta), pela forma generosa e sabia que me concederam uma educação do qual me orgulho.

Aos meus irmãos e minhas irmãs, que mesmo nas condições adversas e longe sempre acreditaram em mim e me apoiaram a dedicar aos estudos. À toda minha família, que mesmo com a falta de me terem por perto, não deixaram de me estimular a estudar.

Ao Karl Gerhard Seibert e a Carla Craice da Silva, em vosso nome, dedico este trabalho a todos docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

A todos estudantes da Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. A todos que contribuíram de forma direta e indiretamente para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A confecção de um trabalho científico requer sabedorias e dedicação. Certamente, a configuração deste serve como uma das formas mais duradouras de manter os meus rastros pelo este universo. O seu resultado é fruto da minha dedicação e dos que me auxiliaram de forma direta ou indiretamente no tal feito. Por isso que fazer agradecimentos é indispensável. Em consonância desse reconhecimento, menciono, com satisfação, em gesto privilegiado os meus pais, Aladje Sambú Mango e a Binta Camará; à minha madrasta Mariato Mané, pelo tudo que têm feito para a minha vida, especialmente a educação que me deram.

Ao meu orientador Karl Gerhard Seibert e a minha co-orientadora Carla Craice da Silva, agradeço-vos pelo profissionalismo de bom nível e engajamento neste trabalho e, pelos ensinamentos que transcendem barreiras acadêmicas. Meu muito obrigado!

Ao Saido Sane, que tem contribuído para os meus passos acadêmicos. Ao Mamadu Lamine Mango, pelo exemplo que tem me servido desde a minha tenra idade. Ao Lassana Biai, por ter me inspirado muito cedo e, por me fazer compreender que posso fazer diferença. Ao Bassinho pelos conselhos. À toda minha família, que mesmo de longe, acreditaram e me estimularam a estudar.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Aos demais colegas da vida acadêmica que ao longo dos anos da nossa convivência, o respeito e harmonia tem crescido e fortalecido

A todos, os meus profundos agradecimentos!

“Liderança” é uma palavra que está na boca de todos. O jovem a acata e o velho se sente saudosos. Os pais a perderam e a polícia está à sua procura. Os peritos reivindicam-na e os artistas a rejeitam, enquanto os eruditos a desejam. Os filósofos conciliam-na (como autoridade) com liberdade e os teólogos demonstram a sua compatibilidade com a consciência. Enquanto os burocratas fingem que a possuem, os políticos desejam tê-la. Todos concordam em que há menos liderança do que costuma haver.

Bennis; Nanus, (1988, p. 1)

RESUMO

Os povos que vieram a tornar-se guineenses muito cedo tiveram contato com as questões da organização política social e econômica, desde a era dos impérios e reinos onde partes do atual Guiné-Bissau integrava como províncias ou reinos. Com a chegada da colonização nos fins de século XIX passaram a experimentar a jurisdição políticas europeias até a independência do país em 1973, a partir daí o a Guiné-Bissau adotou o sistema político monopartidário com o PAIGC como partido-estado até 1994, ano em que se consumou a democracia multipartidária e a realização das primeiras eleições livres no país. O processo democrático foi frequentemente perturbado com conflitos, golpes do Estado, assassinatos e perseguições políticas e militares, os tais fatos condicionaram diversas intervenções políticas internacionais para mediações das rupturas e conflitos.

Palavra-chave: Democracia - Guiné-Bissau. Guiné-Bissau - Política e governo. Sistemas monopartidários - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The people who came to become Guineans very early came into contact with the issues of social and economic political organization, from the time of the empires and kingdoms where parts of present-day Guinea-Bissau integrated as provinces or kingdoms. With the arrival of the colonization in the late 19th century began to experience the European political jurisdiction until the country's independence in 1973, when Guinea-Bissau adopted the single-party political system with the PAIGC as -state-party until 1994, the year in which multiparty democracy was consummated and the first free elections in the country were held. The democratic process was often disturbed by conflicts, military coups, assassinations and political and military persecutions, and these factors conditioned various international political interventions to mediate ruptures and conflicts.

Keywords: Democracy - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau - Politics and government. One-party systems - Guinea-Bissau.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa dos limites do Império do Mali (1235-1600)	16
Figura 2	Mapa ilustrativo do Império do Gana	16
Figura 3	Mapa do Reino do Kaabú	17
Quadro 1	Estrutura “étnica” dos governos de Luís Cabral (1974-1980)	25
Quadro 2	A estruturação do Conselho da Revolução liderado pelo João Bernardo Vieira (1980-1984)	28
Quadro 3	Vítimas do caso “17 de outubro” de 1985	29
Quadro 4	Elenco governamental de transição do monopartidarismo à multipartidarismo de João Bernardo Vieira (formado em 31/10/92)	35
Quadro 5	Dados de participação nas duas voltas das eleições presidenciais de 1994 na Guiné-Bissau	38
Quadro 6	Dados da eleição presidencial de 1994 na República da Guiné-Bissau	39

LISTA DE SIGLAS

AD	Aliança Democrática
ANM	Assembleia Nacional Multipartidária
ANP	Assembleia Nacional Popular
BM	Banco Mundial
CCE	Conselho de Comissário de Estado
CEL	Conselho Executivo da Luta
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CMT	Comissão Multipartidária de Transição
CNE	Comissão Nacional das Eleições
CSL	Conselho Superior da Luta
CPT	Carta da Transição Política
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ECOMOG	Economic Community of West African States Monitoring Group
FCD	Fórum de Convergência para o Desenvolvimento
FLING	Frente da Libertação para Independência Nacional da Guiné
FCFA	Franco da Comunidade Financeira da África
FDS	Frente Democrática Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GUN	Governo de Unidade Nacional
JM	Junta Militar
MFDC	Movimento das Forças Democráticas de Casamance
MLG	Movimento da Libertação da Guiné
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PRS	Partido da Renovação Social
PSD	Partido Social Democrático
RGB/Movimento Bafatá	Resistência da Guiné-Bissau
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UM	União para a Mudança

UNDP

União Nacional para a Democracia e Progresso

UPG

União dos Povos da Guiné

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU E O CONTEXTO POLÍTICO ENTRE OS ANOS 1974 À FINAIS DE 1980	16
2.1	INTRODUÇÃO	16
2.2	A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL E COLONIAL DA GUINÉ-BISSAU	16
2.3	A GUERRA DA PACIFICAÇÃO E O DOMÍNIO PORTUGUÊS	19
3	CAPÍTULO II – A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E O SISTEMA DO GOVERNO DO PAIGC	22
3.1	INTRODUÇÃO	22
3.2	PRIMEIROS ANOS DA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA E AS FRICÇÕES PELO PODER	22
3.3	GOLPE DO ESTADO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980 E O REGIME DO JOÃO BERNARDO VIEIRA	27
4	CAPÍTULO III – ABERTURA DEMOCRÁTICA: A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES	32
4.1	INTRODUÇÃO	32
4.2	QUEDA DO ARTIGO 4º DA CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E SURGIMENTO DE NOVAS FORÇAS PARTIDÁRIAS	32
4.3	ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU E A FORMAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNO DEMOCRÁTICO	37
4.4	CONCEITO DA DEMOCRACIA	38
5	CAPÍTULO IV – A FASE DO CONFLITO NA GUINÉ-BISSAU E O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL	43
5.1	INTRODUÇÃO	43
5.2	A GUERRA CIVIL DE “7 DE JUNHO”, O GOVERNO DE TRANSIÇÃO E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1999	43
5.3	AS MEDIAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS, OS TRATADOS DA PAZ E O FIM DA GUERRA	46
5.4	ACORDO DE PAZ DE ABUJA E O FIM DA ERA NINO VIEIRA	47
5.5	DESAFIOS POLÍTICOS E A RESTRUTURAÇÃO DA NORMALIDADE DEMOCRÁTICA PÓS-GUERRA	49
6	CAPÍTULO V – ANOS 2000: UM NOVO INÍCIO PARA AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA GUINÉ-BISSAU	51
6.1	INTRODUÇÃO	51
6.2	A REPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS 2000, OS SOBRESSALTOS E OS ASSASSINATOS	51
6.3	A DISPUTA ELEITORAL DE 2005 E OS CAMINHOS PERCORRIDOS	54

	PELOS GOVERNOS	
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

O monopartidarismo de orientação socialista e a democratização na Guiné-Bissau são questões centrais abordadas neste trabalho, entendidas como fases do processo de democratização da década de 1990. Junto a elas foram adicionadas outras questões que seguiram essas fases no país, como as cíclicas transições políticas, conflitos políticos e militares bem como as diversas mediações nacionais e internacionais com intuito de resolver as rupturas sociais e políticas daquele país africano. Um trabalho dividido em cinco capítulos onde foram organizadas diversas abordagens obedecendo os períodos dos acontecimentos.

O texto também discute outras configurações políticas que existiam na Guiné-Bissau antes da colonização, neste caso os impérios, reinos e outras formas políticas que se podem constatar dentro dos povos que compõem este país. A presença colonial e posteriores conflitos com os nacionalistas do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) também mereceram a discussão. Foram abordadas as primeiras fases políticas da Guiné-Bissau independente, sob governo do PAIGC e as contendas que surgiram no seu interior.

A consolidação da independência da Guiné-Bissau, os caminhos desenhados para a estruturação de um Estado nacional permeiam o segundo capítulo deste trabalho. A organização do Estado nacional na Guiné-Bissau fez suscitar diversos “braços de ferro” entre entidades nacional ao ponto de eclodirem nos golpes do Estado e conflitos armados. Os anos 90 simbolizam a democratização em muitos países africanos, a Guiné-Bissau não foi a exceção. Dito isto, a queda do artigo **4º da Constituição da República** guineense evidenciava isto, as formações partidárias e a organização das primeiras eleições gerais no país em 1994, a mudança da ideologia política de socialismo para o capitalismo com mercado livre foram sinais da democratização implementada pelo governo do PAIGC.

O período pós as primeiras eleições gerais no país foram tensas, com rupturas políticas que deram fruto a guerra civil de 1998, conhecida como “7 de junho”. Tal conflito criou espaços para as mediações nacionais (através dos poderes locais: líderes religiosos, poderes tradicionais, etc.) e internacionais (envolvendo as representações diplomáticas creditados no país, parceiros internacionais como as organizações sub-regionais e intercontinentais), todas para garantir a reposição da ordem democrática. Seguiram-se as fases da transição política pós-guerra na Guiné-Bissau (1999-2000) com as realizações das eleições que garantiram a normalidade política definitiva no país.

2 CAPÍTULO I – HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU E O CONTEXTO POLÍTICO ENTRE OS ANOS 1974 À FINAIS DE 1980

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo relata de forma sucinta o processo histórico de partes norte e nordeste da atual Guiné-Bissau antes da presença colonial, contextualizando as estruturas políticas através dos impérios, reinos e suas respectivas divisões dos poderes políticos. Encontra-se descrito neste capítulo a época da presença colonial portuguesa e posteriores conflitos que os portugueses mantiveram com os nacionalistas do PAIGC que lutavam para a conquista da independência. Destacam-se também os primeiros momentos político e social do novo Estado depois do jugo colonial, no período de 1974-1980. Ao longo do trabalho aborda-se as fases iniciais do país sob governo do PAIGC, as clivagens dentro do mesmo e as consequências que estas ditaram entre os anos 1970 e finais dos anos 1980.

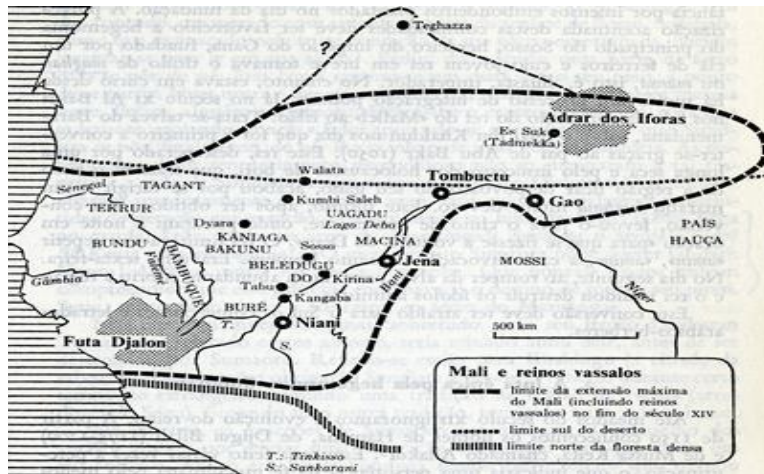
2.2 A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL E COLONIAL DA GUINÉ-BISSAU

As estruturas políticas dos Estados africanos se configuravam através das pequenas comunidades, reinos e impérios (entre os séculos I à VIII. Neste período, existiam pequenos e grandes reinos, por meio dos quais os africanos organizavam suas sociedades e definiam os poderes administrativos respeitando e levando em consideração as especificidades sociais dos diversos grupos que os compõe.

O império de Axum, a 100 anos d.C., marca o início do processo de constituição dos grandes impérios em África. Dentre grandes impérios e reinos históricos na África, as partes nordestes e leste da atual Guiné-Bissau, integravam um dos maiores impérios e mais conhecido do continente africano – trata-se do Império do Mali¹ (1235-1600), ilustrado no mapa abaixo:

¹ O território do antigo império do Mali, albergava partes dos territórios dos atuais países Mali, Guiné-Bissau, Gâmbia, Senegal, Guiné-Conakry e Burkina Faso.

Figura 1 - Mapa dos limites do Império do Mali (1235-1600).

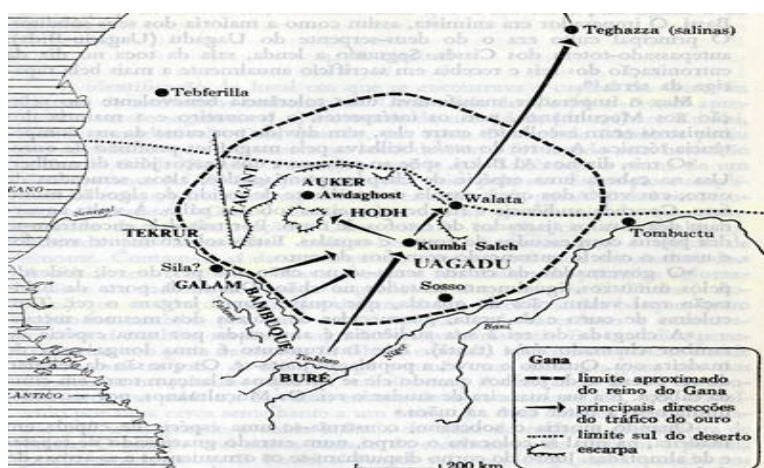


Fonte: Disponível em: <https://www.google.com>. Acessado em 05 de jun. de 2018.

Após o declínio do Império de Gana (750-1240), que assumia o poder hegemônico naquela região, surgiu o Império do Mali em 1235 fundado pelo lendário rei Mandinga Sundiata Keita², detentor do poder supremo na região Oeste africano entre (1235-1255). O poder político desse império abarcava vários territórios daquela região (LOPES, 1986).

O Império do Mali veio a surgir após a decadência do Império de Gana, passou a assumir o protagonismo da hierarquização político e social naquela região por vários séculos, definindo o seu espaço territorial e a influência política.

Figura 2 - Mapa ilustrativo do Império do Gana.



Fonte: In: KI-ZERBO, Josheph. História da África Negra I. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 137.

² Filho de Nare Famangan antigo rei do kamgaba pequeno Estado do império do Mali localizado nas proximidades do fluente do Rio Niger. Keita foi dos mais famosos e conhecidos reis mandinga a governar o Mali.

No século XIII, surgiu o reino de Kaabú desvinculado do Império do Mali. Anteriormente, Kaabú estava integrado como província do Mali e, tornou independente através de uma conquista militar efetuada pelo Tiramankhan Traoré um dos generais do *Mansa*³ Sundiata Keita. A conversão ao islamismo do principal rei do Mali teria forjado a ruptura do Kaabú com o poder central, uma vez que o império era voltado à religião tradicional africana, onde era permitido cultuar vários deuses resguardados nos bosques sagrados.

Parte do império do Mali que rejeitou a nova religião do Sundiata realizou uma incursão militar liderada pelo general Traoré, que fundou o Kaabú como um reino independente com a capital em Kansalá. A partir de então, Kaabú tornou-se num reino soberano com administração própria, definindo suas fronteiras e dispunha de uma dimensão territorial que abrigava cerca de “47 províncias, governadas pelo Farim Cabo (o senhor supremo) e 12 dessas províncias estavam sob administração direta dos Nianthioya⁴” (JAUARÁ, 2017, p. 146).

Kaabú era também um reino Mandinga com uma “influência política que se estendia para o norte e para o leste, até a região de Casamance [...], no Senegal, e mais ao norte até [...] Gâmbia; a sua influência também se estendia ao sul, para partes da moderna Guiné” (MENDY, 2011, p. 16), ou seja, Guiné-Conacry como demonstra o mapa a seguir:

Figura 3 - Mapa do Reino do Kaabú



Fonte: Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@12.5,15.5,10z>. Acessado em 05 de jun.de 2018.

³ Significa rei na língua Mandinga.

⁴ Classe reinante e dos nobres que governavam o reino de Kaabú.

Kaabú era um reino que possuía uma organização política e social estruturada em um modelo confederal⁵. O Estado kaabunké dispunha de um forte poder hegemônico, político, econômico, cultural e linguístico afirmado através da política de mandinguização, por meio do qual exerceu uma “sólida unidade cultural ao serviço da hegemonia mandinga sobre os povos do conjunto da Senegâmbia, Norte da Gâmbia até aos confins da pátria Nalú na Guiné-Conacry ao sul” (MANÉ, 1989, p. 26).

Kaabú perdurou por um período de cinco séculos, quiçá até os finais do século XIX, momento em que foi destruído pelo povo Fula durante a batalha de Kansalá, em 1867. Por um lado, durante esse período, o reino de Kaabú estava fragilizado por uma ruptura política interna (entre as classes nobres Sané e os Mané), tornando o poder central vulnerável à incursão movida pelo exército dos teocratas Fula. Por outro lado, havia outra ameaça externa movida pelas potências coloniais (França, Inglaterra e Portugal) que partilhavam os territórios daquela região desde a Conferência de Berlim de 1884-1885.

2.3 A GUERRA DA PACIFICAÇÃO E O DOMÍNIO PORTUGUÊS

O atual território guineense⁶ que se encontrava sob o jugo colonial português, localiza-se na região Oeste do continente africano. Historicamente, esse território era “reclamado” pela potência colonial portuguesa antes da Conferência do Berlim (1884-1885). Após essa conferência, que atribuiu oficialmente diversos territórios africanos às potências europeias, Portugal veio a definir “oficialmente as fronteiras da atual Guiné-Bissau em 1886, depois de ter assegurado um tratado com a França onde concedeu a região de Casamansa no norte da Guiné-Bissau a essa potência colonial e, em detrimento disto, se beneficiou da região de Cachine no sul, na mão da França que pertencia a Guiné-Conakry” (MANGO, 2017, p. 16).

O início dos anos de 1900 foi marcado por um cenário histórico na então “Guiné Portuguesa”, numa altura em que eclodiu a chamada “Guerra da Pacificação”. Esta guerra ocorreu entre diversos povos guineenses e a própria Coroa portuguesa (embora a Coroa portuguesa deixou de existir depois da queda da monarquia, em 1910) a partir de 1900 e findada em 1936, conflito motivado pelas políticas repressivas de administração colonial que teriam impulsionado o colapso entre povos (grupos étnicos) e a Coroa portuguesa.

⁵ Interligados a um poder central.

⁶ A Guiné-Bissau é um país relativamente pequeno em termos da dimensão territorial e ocupa cerca de 36.125 km², faz fronteiras terrestres com República do Senegal ao norte e a República da Guiné-Conacri ao sul e banhado pelo oceano atlântico ao oeste.

Apesar de as hostilidades na Guiné portuguesa terem iniciado antes da Conferência do Berlim, porém ela tornou uma das principais causas do conflito por razões da ocupação efetiva do território, no final dessa reunião em (1884-1885). A “pacificação” repercutiu notavelmente a partir do momento em que o interesse da dominação portuguesa começou a falar mais alto, contexto no qual os povos guineenses entraram numa luta pela defesa territorial. Boahen (2010) viu essa época como um “[...] período da defesa da soberania e das independências africanas mediante o recurso à estratégia do confronto, da aliança ou da submissão temporária” (BOAHEN, 2010, p. 19).

Nessa época, havia uma estruturação militar que os povos organizavam para enfrentar o poder colonial em defesa das suas terras e a rejeição à dominação colonial. As primeiras resistências em espécie de confronto direto ocorreram nas zonas insulares do território da atual Guiné-Bissau, entre os Bijagós e os portugueses em 1900. Segundo Mendy (1992), os povos insulares surgiram como “[...] os primeiros habitantes do território a entrar em conflito armado com os portugueses” (MENDY, 1992, p. 42). Em 1907, a situação se tornou mais agitada quando o Infali Sonco enfrentou o exército colonial português em Cuor. Moio (2008, p. 16) acredita que ao longo desse período instável entre os autóctones e os portugueses, surgiu no cenário em 1912 o comandante Teixeira Pinto que conseguiu controlar vários territórios no Oio graças ao apoio de Abdul Indjai⁷.

Desde então, a Guiné-Bissau, tornou oficialmente uma colónia tendo as partes do seu antigo território separados do atual desde 1879, caso de Casamansa que passou a pertencer o Senegal. Desta forma, a Guiné-Bissau passou a estar sob jurisdição política e administrativa portuguesa nas fronteiras atuais. Contudo, o regime colonial foi questionado desde 1956 quando surge o PAIGC, um movimento nacionalista com o objetivo de lutar pela libertação dos territórios da Guiné-Bissau e de Cabo Verde e contra o regime político e colonial do Estado Novo. O início desta luta ocorreu numa época, entre os finais dos anos 1950 até os meados de década de 1960, em que vários territórios africanos conseguiram suas independências políticas junto à metrópole europeia através da negociação, sobretudo os que estavam retidas sob a administração francesa e inglesa.

Esse fato influenciou nas colônias portuguesas, onde a descolonização foi rejeitada pela ditadura de Salazar (1933-1974). Daí, em 1963, na Guiné Portuguesa, o PAIGC avançou com o desencadeamento da luta armada após tentativas fracassadas de uma negociação política que podia ditar a independência daquele território junto de Portugal – enquanto que o regime do

⁷ Indjai era um guerreiro wolof que chegou a Guiné por fins do comércio e acabou por estabelecer a sua residência naquelas terras.

Estado Novo procurava manter os territórios coloniais junto à metrópole. Em termos políticos, o PAIGC flexibilizava as estratégias ao nível internacional com objetivo de uma desvinculação total do poder colonial português, os seus guerrilheiros redobravam os esforços em enfrentar as forças do exército português nas matas da Guiné-Bissau (MANGO, 2017).

O ano de 1973 foi marcado pelo assassinato de Amílcar Cabral (1924-1973)⁸, o líder carismático do PAIGC. Este acontecimento fez com que o movimento intensificou o processo político da libertação dos territórios da Guiné-Bissau e de Cabo Verde no âmbito das Nações Unidas, em termos militares a luta ganhou uma proporção maior com ataques reforçados junto aos aquartelamentos das tropas coloniais na Guiné Portuguesa. Finalmente, no dia 24 de setembro de 1973, o PAIGC declarou unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau nas povoações de Lugadjol, em Madina de Boé, pelo então recém-eleito presidente de Assembleia Nacional Popular (ANP), João Bernardo Vieira com pseudônimo de “Kabi Na Fantchamna”, o comandante militar da zona de combate sul, justamente por ter conseguido controlar a maior parte do território que era ocupado pelo exército colonial nessa área.

A independência unilateral proclamada pelo PAIGC que afirmou a Guiné-Bissau como um Estado africano independente teve reconhecimento de mais de 80 países a nível mundial até maio de 1974, mesmo sem o reconhecimento formal do estado colonial português. Os dois lados conseguiram aproximar-se, de facto, apenas em 1974 já depois da Revolução dos Cravos de 25 de Abril que derrubou a ditadura salazarista, para as realizações das rondas negociais que visavam o reconhecimento da independência de forma bilateral. A comitiva do PAIGC e a delegação portuguesa mantiveram três encontros consecutivos em Dakar, Londres e Argel com séries de negociações que vieram a possibilitar o reconhecimento da independência do Estado da Guiné-Bissau pelo novo governo português, em 10 de setembro de 1974 (FERNANDES, 2007).

⁸ Líder fundador do PAIGC e pai da nação guineense e cabo-verdiana.

3 CAPÍTULO II – A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E O SISTEMA DO GOVERNO DO PAIGC

3.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo procura discutir as fases da consolidação da independência do país e os caminhos desenhados para a estruturação do Estado nacional, sob liderança do PAIGC, assim como as fases conturbadas que assombrou a Guiné-Bissau na década de 1980, sobretudo o golpe do Estado de 14 de novembro de 1980 liderado por João Bernardo Vieira.

3.2 PRIMEIROS ANOS DA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA E AS FRICÇÕES PELO PODER

Com a independência reconhecida por Portugal em setembro de 1974, e o regime monopartidário socialista instalado, o PAIGC se tornou o principal responsável pelo destino da Guiné-Bissau. Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) foi o escolhido, através de uma indicação dentro do PAIGC, como presidente para organizar o país em termos político, econômico e social. Ao lado dos simpatizantes estrangeiros do PAIGC, havia uma expectativa enorme em torno do partido único no que diz respeito a construção da nação socialista tal qual foi ambicionado nos princípios pelo partido durante a luta de libertação nacional.

Crê-se que, a nível interno, o PAIGC sendo partido único encontrou um aparelho administrativo ocupado por quadros com evidentes marcas e vícios burocráticos do colonialismo. O PAIGC, enquanto representante do Estado, sentiu-se obrigado a aprovar não só a si, mas ao mundo de que dispunha de condições e a capacidade para administrar o país de forma eficiente tal qual combateu o exército colonial português. O governo de Luís Cabral, além de adotar o modelo político e administrativo socialista já previsto no programa do PAIGC durante a luta, procurou centrar como programa prioritário a reestruturação do aparelho do Estado através da organização política e social sólida, que o permitiu realizar uma transição administrativa segura de estado colonial para o estado independente (JAUARÁ, 2017).

Neste sentido, o governo de Luís Cabral encontrou dificuldades em inovar a administração e as estruturas governamentais do país. O PAIGC carecia de quadros qualificados que lhe permitisse implementar o seu projeto político de transformação socialista perante uma estrutura administrativa que se caracterizava de fortes traços de colonialismo. O

governo fez algumas adaptações administrativas necessárias face a vigência do modelo colonial, onde era possível encontrar grande parte dos antigos funcionários coloniais e de classe média urbana habituada ao modelo colonial. Face a esse restrito campo de manobra política para o PAIGC, colocaram-se algumas indagações: como sair do rodeio de modelo colonial capitalista para a reconstrução da nação conforme o modelo soviético? Quais foram as estratégias a serem adotadas para implementar um modelo diferente do colonial? Como incluir ou mobilizar as massas populares no campo e na capital para o trabalho coletivo em prol da nação?

Foi justamente no sentido de descortinar este embaraço que vejo necessário citar um dos trabalhos do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes que nos leva a compreensão de algumas saídas face a essa situação. De acordo com a sua obra **Prefácio ao Diário da Libertação** ao dizer que:

A revolução que começa depois da independência desprende-se do ódio ao colonizador e também ao seu representante nativo. Ela impõe ao africano o imperativo de chegar ao fundo do seu ser social e ao limite de sua civilização, não para negá-los, mas para retomá-los e afirmá-los colocando dentro de um circuito histórico em que o próprio africano se converta no arquiteto do seu mundo moderno e de uma realidade revolucionária que deve brotar da África para a África (FERNANDES, 1977, p. 7).

Suponho que este era o caminho que Luís Cabral desejava que o seu governo seguisse, tornar o guineense o arquiteto do seu mundo. Obviamente que o PAIGC vivia num universo complexo no que toca à reestruturação do país. A estrutura governamental da recém-instalada administração sentiu necessidade de uma nova visão política e administrativa diferente do modelo colonial. Com uma divisão territorial em oito regiões com seus respectivos sectores administrativos e mais um setor autônomo, que é a capital Bissau, diferencia administração nacional do modelo colonial composto de Conselhos, Circunscrições e Postos Administrativos (JAUARÁ, 2017). Houve também a substituição das funções dos chamados regulados para Comitês das Tabancas, onde as novas funções eram ocupadas pelos simpatizantes do partido e seus colaboradores.

O governo do Luís Cabral engajava-se em fazer uma transição administrativa do Estado Colonial para Estado Independente. Na Guiné-Bissau⁹, o Conselho Superior da Luta

⁹ Antes do reconhecimento oficial do país pelo governo português, numa altura que o PAIGC controlava pelo menos cerca de 2/3 do território, a direção do partido compreendia-se pelo um Conselho Superior da Luta (Comitê Central) onde fazia parte cerca de 70 membros, um terço desses membros integravam o Conselho Executivo da Luta (Bureau Político), e o Conselho de Guerra (Secretariado-geral) era constituído pelo sete membros e dirigido por uma comissão permanente (JAUARÁ, 2017).

(CSL) do PAIGC era órgão centralizador e decisivo dos assuntos administrativos. O CSL era composto por 85 membros eleitos de três em três anos no Congresso do Partido. Além deste, existia outro órgão secundário que era o Conselho Executivo da Luta (CEL) que elegia cerca de 24 membros, dentre os quais o Secretário-geral, Secretário-geral adjunto e três secretários. A estrutura política-administrativa da Guiné-Bissau e de Cabo Verde¹⁰ obedeciam tecnicamente a esses dois órgãos. O Conselho de Comissário de Estado (CCE) ou o Conselho de Ministros era presidido a partir de uma direção do Comissário Principal (primeiro-ministro) e pelo Presidente do Conselho do Estado, estes governavam a Guiné-Bissau desde 1973 até abertura democrática nos anos 1990 (JAUARÁ, 2017).

A Guiné-Bissau foi a primeira das ex-colônias portuguesas em África a conquistar a independência, naturalmente é o primeiro dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a iniciar a construção de um Estado independente. Tudo indica que o PAIGC já havia formado ou idealizado a formação do seu governo antes da independência do país, uma vez consolidado esse processo, o partido que sempre teve apoio de massa popular durante o processo da luta armada, depois sob liderança de Luís Cabral, resolveu aproximar o governo ao povo.

Certos dirigentes que tinham ganhado notoriedade na luta, ocuparam pastas ministeriais. Os ministros chamavam-se “comissariados”, pois o partido pretendia evitar os nomes pomposos e dar aos ministérios um caráter mais popular e mais próximo do povo. Os ministros deveriam ser vistos como simples responsáveis da comissão do povo (JAUARÁ, 2017, p. 218).

Contudo, essa experiência não prevaleceu por muito tempo, pois as pastas dos comissários não foram além dos três anos, ou seja, existiu apenas entre 1974 a 1977. Acabou-se por extinguir durante a primeira remodelação governamental em 1977, entre as razões pela extinção das pastas dos comissários, apontam-se as resistências no funcionalismo herdado do governo colonial por parte de alguns funcionários do próprio partido, que, por terem uma vinculação com administração colonial no passado, ainda mantinha resquícios do comportamento colonial. Começaram a surgir traços de fricção entre os dirigentes do partido em torno de ocupação das pastas, sobretudo entre os chamados **Luso-africanos** (intelectuais) e **Etnorurais** (camponeses).

Segundo Jauará (2017) os **Luso-africanos**: eram mestiços, descendentes dos cabo-verdianos ou aqueles nativos guineenses que tiveram o privilégio de estudar e frequentar

¹⁰ Guiné-Bissau e Cabo Verde então oficialmente unidos desde a mudança da sigla de PAI para PAIGC durante a Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas em Dakar, capital do Senegal, em 1960 (MANGO, 2017).

cursos superiores e distinguidos como intelectuais. **Etnorurais:** eram na sua maioria camponeses, ou aqueles que dedicaram maior tempo à luta armada, negros guineenses com poucas oportunidades de frequentar cursos superiores. Apesar de estarem unidos dentro do PAIGC durante a luta de libertação, as tensões entre mestiços e guineenses autóctones tinham antecedentes de longa data na Guiné.

O governo do PAIGC procurou descentralizar o poder como forma de estender a governação e torná-la cada vez mais voltado a grande massa popular através de Assembleia Nacional Popular (ANP), um órgão legislativo que nomeava o Conselho do Estado e o Conselho dos Comissários do Estado, ambos com uma presidência sob tutela de um dos seus membros. “O órgão executivo era responsável perante o legislativo em que os camponeses eram sempre maioria” (JAUARÁ, 2017, p. 219).

Mesmo assim, fala-se do problema que tal configuração pela maioria camponesa, que na sua maioria eram ex-combatentes do PAIGC, devido ao não conhecimento da técnica legislativa e jurídica que estes tinham. Daí os chamados intelectuais tiravam proveito disto ao seu benefício na elaboração das leis, ordenamentos jurídicos assim como as estratégias para o desenvolvimento do país. Os “camponeses”, por sua vez, apenas participaram nas homologações das propostas. Contudo, as fricções permaneceram após a segunda remodelação feita em 1978, dois anos antes do Golpe do Estado de 14 de novembro de 1980. O quadro a seguir demonstra a estrutura do governo de Luís Cabral:

Quadro 1 - Estrutura “étnica” dos governos de Luís Cabral (1974-1980).

Ministérios/funções	Ministros	Categoria/partido	Luso-africano	Etnorural
Presidente	Luís Cabral	Bureau político	Sim	Não
Primeiro-Ministro	Francisco Mendes (78)	Bureau político	Sim	Não
Primeiro Ministro	João B. Vieira (78 a 80)	Bureau político	Não	Sim
Minis. das Forças Armadas	Umaro Djaló de 78 a 80	Bureau Político	Não	Sim
Minis. do Interior	Constantino Teixeira	Bureau Político	Não	Sim
Minis. De Coord. Econ. e Plano	Vasco Cabral	Bureau Político	Sim	Não
Ministério das Finanças	Carlos Correia	Bureau Político	Sim	Não
Minis. de Comb. da Lib. da Pátria	Paulo Correia	Bureau Político	Não	Sim
Minis. de Negócios Estrangeiros	Vitor Saúde Maria	Bureau Político	Sim	Não
Minis. Saúde	João Costa	Comitê Central	Sim	Não
Minis. Educação	Filinto Vaz Martins	Técnico	Sim	Não
Minis. Justiça	Fidélis Cabral de Almada	Bureau Político	Sim	Não
Minis. Transp. E Turismo	Manuel dos Santos – Manecas	Bureau político	Sim	Não
Minis. Comércio e Artesanato	Armando Ramos	Militante	Sim	Não
Minis. Recursos Naturais	Samba Lamine Mané	Comitê Central	Não	Sim
Minis. Desen. Rural	Mário Cabral	Comitê Central	Sim	Não
Minis. Obras Públi. e Urbanismo	Alberto Lima Gomes	Militante	Sim	Não
Minis. Correios e telecomunicações	Fernando Fortes	Militante	Sim	Não
Minis. de Inform. e Cultura	Mário Pinto de Andrade (angolano, ex-MPLA)	Técnico	Sim	Não
Banco Nacional da Guiné-Bissau	Vitor Freire Monteiro	Técnico	Sim	Não
Secretaria do Estado de Pesca	Joseph Turpin	Militante	Sim	Não
Transportes e Comunicação	Otto Schacht	Militante	Não	Sim
Juventude e Desporto	Adelino Nunes Correia	Técnico	Sim	Não
Membro sem pasta	José Araújo	Técnico	Sim	Não

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de Cecep de abril de 1980 a partir de (JAUARÁ, 2017, p. 222).

A criação dos blocos concorrentes dentro do governo teria sustentado as fragilidades e rupturas entre Luís Cabral, considerado mestiço e João Bernardo Vieira, um guineense

‘autêntico’. A remodelação de 1977 (a primeira) aconteceu numa tentativa de encontrar uma solução que poderia evitar o acúmulo de pastas no Ministério do Desenvolvimento Rural. A solução passou pela criação da Secretaria do Estado das Pescas, que era um departamento dentro do referido ministério. As deformações teriam atingido o Primeiro Ministro e provocado a demissão de quatro ministros, entre os quais Adelino Nunes Correia, José Araújo, Manuel Saturnino Costa e por último Otto Schacht. A morte do então Primeiro Ministro Francisco Mendes, codinome “Tchico Té”, levou o governo a remodelar-se de novo um ano depois, ou seja, em 1978. A partir desse momento João Bernardo Vieira passou a assumir a função do Primeiro Ministro (JAUARÁ, 2017).

A morte de “Tchico Té” foi vista como reabertura das tendências já incorporadas à estrutura governamental, o cenário das perdas e acúmulos das pastas voltou a fluir entre os dirigentes do PAIGC. Em um lado, um dos comissários, Rui Barreto, perdeu suas funções, por outro lado, Manuel dos Santos anexou o Transporte à pasta do Turismo; a Administração Interna foi agregada à Ordem Pública e a Segurança, dessas três pastas funda-se o Ministério do Interior. Além disso, criou-se o Ministério da Cultura onde o angolano Mário Pinto de Andrade, um amigo de Luís Cabral e dissidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), assumiu funções do ministro.

As clivagens estenderam-se no seio do partido-estado e criou instabilidades dentro do governo, ferindo os princípios do mesmo. Isto levou a elaboração de uma nova constituição nos finais da década de 1970 que foi submetida a uma apreciação no parlamento onde se previa a extinção das funções do Primeiro Ministro, João Bernardo Vieira. Este, por ser um general, gozava de prestígio e fortes influências nos quartéis até mais do que o próprio presidente, o que era preocupante para o Luís Cabral. O facto instigou tendências e confrontos entre os **Luso-africanos** (intelectuais) e os **Etnorurais** (camponeses) e culminou no primeiro Golpe do Estado do país, em 14 de novembro de 1980, considerado “O Movimento Reajustador” pelo Nino Vieira, a favor do segundo grupo (JAUARÁ, 2017).

3.3 GOLPE DO ESTADO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980 E O REGIME DO JOÃO BERNARDO VIEIRA

As mudanças políticas por vias antidemocráticas muito cedo mereceram análises no meio académico. A título de exemplo, na França, a expressão Golpe do Estado entrou para a literatura desde 1930 através do Gabriel Naudé, citado por Teixeira (s/d, p. 17), que escrevia as suas considerações acerca desse fenómeno ao dizer que:

o golpe de Estado consiste no ato levado a cabo por um soberano ou ditador para reforçar o próprio poder. Esta decisão, segundo ele, é geralmente tomada de surpresa para evitar reações daqueles que poderiam sofrer as consequências [...]. Com o tempo, o termo passou a fazer referência às mudanças no governo feitas na base da violação da constituição do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político (militares) (TEIXEIRA, s/d, p. 17).

A sublevação de “14 de novembro” bloqueou deliberadamente a Reforma Global da Constituição de 1973 que tinha saído de apreciação poucos dias antes de Golpe que visava “a aprovação simultaneamente de uma nova Constituição e de uma nova Lei de Trânsito Constitucional, nos termos da qual a nova Constituição só entraria em vigor em 1 de janeiro de 1981, mantendo-se até aí a vigência da Constituição de 1973” (AMADO, 2005, p. 123).

Como referido acima, o conteúdo desta nova constituição previa a extinção de funções que Nino Vieira desempenhava dentro do governo e atribuía mais poderes ao presidente Luís Cabral. Entretanto, o congresso extraordinário do partido que foi realizado depois do golpe não trouxe a melhoria esperada ao Estado visto que as acusações, perseguições e purgas entre os dirigentes do partido-Estado continuaram no país, contudo, já fora do contexto anterior dominado pelas tensões entre luso-africanos e guineenses ‘autênticos’. O Conselho da Revolução liderado por João Bernardo Vieira instalou um governo provisório entre novembro de 1980 e maio de 1984, momento em que foi proclamada uma nova Constituição também de cariz monopartidária e socialista que marcou o início de Governo Constitucional. Ainda antes, em março de 1984, Vitor Saúde Maria, então primeiro ministro do governo provisório, foi acusado de tentativa de golpe de estado pelo Nino Vieira e afastado das suas funções de líder de governo. Contudo, as incertezas continuaram a pairar sobre o governo e posteriormente acabou por fazer eclodir o caso de “17 de outubro de 1985” onde ocorreram acusações de tentativas de novo golpe de estado, prisões e assassinatos. Vieira achava que os acusados tinham alguma capacidade para derrubá-lo (JAUARÁ, 2017).

Esse acontecimento de 14 de novembro de 1980 marcou o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau, sete anos após a independência do país quando o então primeiro ministro João Bernardo Vieira “Nino” levou a cabo uma insurreição militar denominada “O Movimento Reajustador” e posteriormente chamado de “Conselho de Revolução da Guiné-Bissau”. Esta iniciativa derrubou o governo de Luís Cabral e, conseqüentemente, levou a ascensão do poder por parte dos chamados Etnorurais liderados por “Nino” (GOMES, 2014).

A queda de Luís Cabral criou uma ruptura dentro do partido binacional. O “ramo de Cabo Verde desligou-se e fundou um novo partido, o PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde) em 1981. Com a criação desse partido, consumou-se a

separação definitiva do laço político que unia os dois países” (JAUARÁ, 2017, p. 229). Luís Cabral, expulso do país, e passou a viver exilado em Portugal. O país continuou monopartidário e socialista sob o governo do PAIGC, agora dirigido pelo Conselho da Revolução como indica o quadro a seguir:

Quadro 2 - A estruturação do Conselho da Revolução liderado pelo João Bernardo Vieira (1980-1984)

Nº	Nomes	Funções	Categorias
1	João Bernardo Vieira	Presidente	General-Oficial Militar
2	Paulo Correia	1º Vice-presidente	Militar
3	Iafai Camará	2º Vice-presidente	Militar (coronel)
4	Vitor Saúde Maria	Primeiro-Ministro	Civil
5	Manuel Saturnino Costa	Ministro do Estado	Militar (coronel)
6	João Silva	Ministro do Estado	Militar (coronel)
7	Samba Lamine Mané	Ministro do Estado	Engenheiro
8	Buota Na N’batcha	Ministro do Estado	Comandante Militar
9	Beghate Na Beata	Ministro do Estado	Militar (coronel)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Silva (2010). Disponível em:

<http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5b1%5d.pdf>. Acessado em: 02 de jun. de 2018.

O “Movimento Reajustador” ou “Conselho da Revolução” alegou que as razões por terem desencadeado o levante se justificava em desvios da linha do pensamento de Amílcar Cabral como apontou Koudawo e Mendy (1996):

Uma das justificativas do golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 foi aparentemente “o desvio da linha de Amílcar Cabral”, cuja implicação econômica era o abandono da estratégia de desenvolvimento de orientação socialista que dava prioridade ao melhoramento e à modernização da agricultura. Com isso, um ano depois do golpe, no primeiro congresso extraordinário do PAIGC realizado em Bissau de 8 a 14 de novembro, os novos governantes anunciaram que, como “herdeiros de Amílcar Cabral”, continuariam a “edificação de uma política nacional independente, no quadro de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem (KOUDAWO; MENDY, 1996, p. 38).

Em outubro de 1985, o então vice-presidente da República e Ministro da Justiça Paulo Correia, juntamente com Viriato Pã (ex-procurador geral da República) e outros dirigentes e militantes do PAIGC acusados de tentativa de golpe de Estado, foram presos e,

posteriormente, alguns chegaram a serem executados pela ordem do governo de Vieira. A perseguição de outubro de 1985 envolveu muitas figuras políticas e militares pertencentes ao povo Balanta e alguns Mandingas como podemos ver no quadro abaixo¹¹. Balantas e Mandingas além de serem majoritários nas estruturas de classe castrense, ocupavam também funções políticas no aparelho do Estado.

Quadro 3 - Vítimas do caso “17 de outubro” de 1985

1	Paulo Correia	Balanta	17	Buota Nambatcha	Balanta	33	Lamine Sisse	Mandinga
2	Binhankerem Na Tchanda	Balanta	18	Bighate Na Biate	Balanta	34	Malam Sane	Mandinga
3	M'bana Sambú	Balanta	19	Mbunhe Na Male	Balanta	35	Caramba Conte	Mandinga
4	Braima Bangura	Mandinga	20	Wangna Nanfade	Balanta	36	Ngare Iala Nhanta	Balanta
5	Viriato Pã	Balanta	21	Tagme Na Waié	Balanta	37	Watna Na Laie	Balanta
6	Pedro Ramos		22	Sae Braia Na Nhagba	Balanta	38	Kissif Dentche	Balanta
7	Pubas Cul	Balanta	23	João da Silva		39	Tcham Na Man	Balanta
8	Tue Na Bangna	Balanta	24	Adriano Cubala	Balanta	40	Ramalho Incanha	Balanta
9	Sana Fuma	Balanta	25	Fernando Cubala	Balanta	41	Emilio Costa	Balanta
10	Alqueia Kuassa	Balanta	26	Pedro Cubala	Balanta	42	Bitchofolo Na Fafé	Balanta
11	Fore Mbitna	Balanta	27	Nhasse Nambera	Balanta	43	Mbana Na Sanha	Balanta
12	Mutna Dentche Na Dum	Balanta	28	Zacaria		44	Malam Numo Seide	Mandinga
13	Nfon Na Lagna	Balanta	29	Agostinho Gomes		45	Nfon Ntunda	Balanta
14	Alberto Na Haba	Balanta	30	Damna Imbunde	Balanta	46	Blakte Na Dum	Balanta
15	João Biambi	Balanta	31	Alexandre Cul Nassalan	Balanta			
16	Joãozinho Iala	Balanta	32	Mário Nsimba	Balanta			

Fonte: elaborado e tabelado pelo autor, com base em <http://tchogue.blogspot.com/2012/11/ficou-aprovado-que-os-balantas-sao.html>. Acessado em 02 de jun. de 2018.

¹¹ Os nomes com quadros vazios referem-se as vítimas que não pertencem os grupos Balantas e Mandingas.

Em março de 1987, surgem rumores de tentativa de “quartelada” idealizado pelo vice-presidente e Ministro das Forças Armadas Iafai Camará, que foi imediatamente suspenso pelo João Bernardo Vieira e colocado na prisão domiciliar por uma semana, libertado posteriormente e autorizado a reassumir suas funções. Era um acontecimento similar ao caso de “17 de outubro” já referido acima, mas este não teve desfecho igual ao acontecimento do outubro por não ocorrerem massacres tal como aconteceu no caso de “17 de outubro”.

4 CAPÍTULO III – ABERTURA DEMOCRÁTICA: A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES

4.1 INTRODUÇÃO

O capítulo que segue focou em abordagens dos momentos iniciais do pluripartidarismo na Guiné-Bissau. As alterações constitucionais, como a revogação do artigo 4º da Constituição da república que torna o país na linha de outros que já aderiram a fase democrática no continente africano. As formações de partidos políticos evidenciaram as mudanças de monopartidarismo para o multipartidarismo e do regime socialista para um capitalista da economia do mercado livre.

4.2 QUEDA DO ARTIGO 4º DA CONSTITUIÇÃO DA GUINÉ-BISSAU E SURGIMENTO DE NOVAS FORÇAS PARTIDÁRIAS

Os desafios contemporâneos na construção da democracia em África foram permeados de reflexões e debates em torno das ideias democráticas entre os anos 1980 e o início dos anos 1990, sobretudo nos países africanos em vias de reorganização social, política e econômica depois dos jugos coloniais e que já se encontram independentes. Diamond e Plattner (1999) apontam o início dos anos 90 como ponto de partida para o processo de democratização em África, especificando dois acontecimentos que simbolizaram esse processo no continente africano: **os protestos populares beninenses**, em novembro de 1989, e **libertação de Nelson Mandela**, em fevereiro de 1990. Os protestos beninenses conduziram a organização da Conferência Nacional das Forças Vivas da Nação, em fevereiro de 1990, que levou a destituição do presidente Mathieu Kérékou¹² após um período de aproximadamente 20 anos no poder. Outro acontecimento relevante se deu na África do Sul, onde desde 1948 vigorava o regime do *Apartheid*, onde, sob forte pressão a nível nacional e internacional, foi libertado o principal opositor desse regime, Nelson Mandela. Nessa altura, além desses dois fatores principais, havia também o fracasso econômico dos regimes monopartidários, causando os seus endividamentos e a queda da União Soviética que foi dissolvida em dezembro de 1991 (DIAMOND; PLATTNER 1999, *apud* SANCHES, 2014).

¹² Mathieu Kérékou foi presidente do Benim por 29 anos, em dois períodos distintos, de 1972 até 1991 (sua primeira passagem pela presidência) e 1996 até 2006 (segunda passagem pela presidência).

Devido às pressões dos países ocidentais e do FMI, outras mudanças seguiram, especialmente pela África subsaariana, onde houve mudanças dos regimes monopartidários em obediência aos sistemas multipartidários. Além disso, as ditaduras militares cederam lugares aos regimes civis e os direitos políticos foram progressivamente ampliados. Todos esses esforços visavam contribuir para uma democratização necessária e participativa que respeita a inclusão social e política das variantes camadas sociais pela África.

Tal fenômeno não foi diferente na Guiné-Bissau. Entre os poderes políticos se fazia sentir ares de uma reflexão política e social com necessidade de virar as páginas em termos políticos, sociais e econômico que permitiria que o estado se tornasse democrático. O PAIGC, sendo o principal e único partido político no país até então, exercia a função de Partido-Estado, estatuto garantido com base no Artigo 4º da Constituição da República de 1973, que lhe permitiu o direito soberano de ser a única formação política a governar o país (SANTY, 2009).

Nesse mesmo período (finais de 1980 a início de 1990), o Partido-Estado guineense viu-se necessitado de uma mudança que lhe permitia se recuperar dos fracassos políticos com possibilidade de desenvolvimento a partir do planejamento econômico e aproximação dos possíveis parceiros a nível internacional. As necessidades de uma mudança constitucional e da própria estrutura do Estado eram necessárias não só para o povo, mas o governo também viu isso como forma de garantir uma estabilidade social, de governação e do desenvolvimento do país. Neste sentido, a liderança do PAIGC possibilitou a queda de Artigo 4º da Constituição de República de 1973, que simbolizou a abertura democrática no país e o início de multipartidarismo em maio de 1991.

Este teria sido uma espécie de resposta a pressão de Comunidade Internacional, nomeadamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), que pressionavam o país para implementar o regime democrático como forma de garantir os fundos para financiar seu plano de desenvolvimento, visto como condição *sine qua non* para empréstimo do financiamento das verbas necessárias para o desenvolvimento do país. No entanto, este país, foi precocemente forçado a aceitar os termos da transição política sem poder contar com a “profunda participação significativa da sociedade civil, do processo da alfabetização e da conscientização da população em matéria da democracia, de limitar, por meio da constituição, a atuação das Forças Armadas em relação às ordens internas” (CORDEIRO, s/d, p. 6).

No mesmo horizonte, Ampagatubó (2008) aponta a perda do aliado ideológico e militar do país como outro fator para o multipartidarismo. A desintegração da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou simplesmente antiga União Soviética, no início dos anos 1990, levou a Guiné-Bissau a ficar sem alternativa em parcerias internacionais. Como a União Soviética figurava como o principal aliado e parceiro do país, sobretudo em termos de uma aliança militar e política a nível internacional, o país viu-se obrigado a ceder ao processo de transição do monopartidarismo para o multipartidarismo como forma de inserção no sistema de economia do mercado internacional (AMPAGATUBÓ, 2008, *apud* M'BUNDE, 2017). De acordo com Juará (2017), durante a negociação dos acordos de financiamento que o país levava junto do FMI e BM em 1987, o então Ministro do Comércio e Turismo da Guiné-Bissau, Manuel dos Santos, a quem era incumbida a responsabilidade de encarregar das negociações por parte do governo guineense junto dos parceiros internacionais, em uma entrevista que este chegou a conceder ao jornalista, João Van Dunem (Jornal África, 09 de dezembro de 1987), disse:

Acho que é preferível desenvolvermos o país mesmo negando alguns princípios de defesa e de justiça social para os nossos filhos. O nosso compromisso atual é o de desenvolvimento econômico e isso tem na hora atual mais cabimento que coisas irrealizáveis. [...] ouça, eu digo isso desde 1982 e nunca tive problemas. É evidente que a minha tese não era muito aceita. Mas as condições foram amadurecendo. Foi-se ganhando consciência da necessidade de uma mudança profunda do sistema. Atualmente, há o reconhecimento generalizado que o sistema anterior era ineficiente (JAUARÁ, 2017, p. 238).

Realmente não era mais duvidosa a necessidade de efetuar mudanças na forma de governação pelo qual o país se encontrava. Quando o reconhecimento dessa necessidade se consolidou no seio do governo, o então Presidente da República João Bernardo Vieira “Nino”, convocou em 1991 toda a sociedade em geral, a classe política, os intelectuais e a Assembleia Nacional Popular para a mudança da Constituição da República. Com a eliminação do Artigo 4º da Constituição, que defendia o monopartidarismo, permitiu assim, a formação e participação das outras formações políticas no processo de construção da Nação.

Em seguida, um núcleo partidário de PAIGC foi designado pelo presidente Vieira em 1992 para formar uma comissão multipartidária que encarregasse de elaborar a nova Constituição, orientando o país aos moldes multipartidários e democráticos. Formou-se, então, Assembleia Nacional Multipartidária (ANM) que veio garantir a criação de uma Comissão Multipartidária de Transição (CMT) que tinha como um dos objetivos principais a burocratização documental e legalização dos novos partidos políticos, permitindo que a Guiné-Bissau deixasse de ser um país monopartidário e passasse a esboçar o liberalismo e a

democracia, encaminhando a partir dali para sua primeira eleição multipartidária dois anos mais tarde (DJAU, 2016).

A partir desse marco importante na mudança da Constituição da República, através do sufrágio entre os deputados na ANP, o país permitiu a participação da população na definição do destino do país através dos sufrágios diretos e universais para eleger o presidente da república, os deputados que os representarão na ANP e outros órgãos de representação e de governação constitucionalmente legítimas na Guiné-Bissau. Os governadores regionais e administradores setoriais são nomeados posteriormente.

A nível do governo, a chegada do multipartidarismo levou o PAIGC enquanto partido-governo a remodelar-se em 1992 como forma de estruturar o poder executivo durante a transição democrática. O governo viu-se obrigado a deixar vários elementos de fora (ministros e secretários do Estado) no dia 31 de outubro de 1992 e acomodando os influentes políticos e técnicos de “carisma” com mais notabilidade política, as mudanças permitiram o regresso dos luso-africanos à estrutura do governo como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 4 - Elenco governamental de transição do monopartidarismo à multipartidarismo de João Bernardo Vieira (formado em 31/10/92)

Ministérios	Membros de governo	Categorias	Luso-africanos	Etnorural
Min. N. E. e Cooperações	Bernardino Cardoso	Bureau político	Sim	Não
Min. Justiça	Mamadou Saliu Djalo	Técnico	Sim	Não
Min. Ad. Territorial	Manuel Malam Sané	Militante	Não	Sim
Min. Finanças	Filinto Barros	Bureau político	Sim	Não
Min. Des. Rural e Agricultura	Mário Cabral	Comitê Central	Sim	Não
Min. das pescas	Eduardo Fernandes	Técnico	Sim	Não
Min. Recursos Naturais	João Cardoso	Técnico	Sim	Não
Min. Com. e Industria	Ansumane Mané	Técnico	Não	Sim
Min. Saúde Pública	Henriqueta G. Gomes	Técnica	Sim	Não
Min. Educação	Alexandre Furtado	Técnico	Sim	Não
Min. Assuntos Sociais e Prom. Feminina	Francisca Pereira	Comitê Central	Não	Sim
Min. De Obras Públicas	Alberto Lima	Militante	Sim	Não
Min. Transporte e Comunicações	Luis Sanca	Comitê Central	Sim	Não
Min. da Função Pública e Ref. Administrativa	Malam Bacai Sanhá	Bureau Político	Não	Sim
Min. da Defesa	Samba Lamine Mané	Comitê Central	Sim	Não
Min. do Interior	Abubacar Balde	Militante	Não	Sim
Sec. de Neg. Estrangeiro	Marcelino Lima	Militante	Sim	Não
Sec. de Plano	Nelson Dias	Técnico	Sim	Não
Sec. de Est. E Tesouro	Rui Dias de Souza	Técnico	Sim	Não
Sec. Est. de comb. de Lib. da Pátria	Mário Mendes	Militante	Não	Sim
Sec. Est. Turismo e Artesanato	Zeca Martins	Comitê Central	Não	Sim
Sec. Est. Cult. Juv. e Desp.	Delfim da Silva	Militante	Não	Sim
Sec. Est. da Informação	Califa	Militante	Não	Sim

Fonte: elaborado pelo autor com base em Jauará (2017).

A nível interno do partido, o PAIGC realizou um congresso de reorganização da sua estrutura como forma de melhor enfrentar os futuros adversários. A partir do então, o cargo do presidente, passou a existir em substituição de Secretário-Geral; Comité Central passou a chamar-se Comissão Nacional; Bureau Político denomina-se de Comissão Política Nacional e, por último, Secretariado Permanente passou a chamar-se Secretariado Nacional (JAUARÁ, 2017).

4.3 ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS NA GUINÉ-BISSAU E A FORMAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNO DEMOCRÁTICO

A realização das eleições em qualquer país necessita dos mecanismos responsáveis para tal, como observa Olavo Brasil (1997). O mesmo ainda afirma que as eleições servem como meios para as transformações dos votos dos eleitores em mandato legislativo ou executivo. Ainda insiste que a legislação eleitoral responsável para regulamentar o processo eleitoral e determinar entre as populações aptos para cumprimento dos deveres do exercício do ato da cidadania (obrigatório ou não de votar). Também pode definir os critérios para candidaturas, assim como acesso dos candidatos aos meios de comunicação e gastos com atividades eleitorais como campanhas (BRASIL, 1997 *apud* JAUARÁ, 2017).

Quanto à classificação dos sistemas eleitorais, fala-se geralmente em dois sistemas: a da Representação Maioritária e a Representação Proporcional. Os dois diferem-se nos seguintes aspectos: de um lado, o sistema Maioritário responsabiliza em produzir o governo eficiente com maior capacidade de controle dos representantes por representado; por outro lado a Proporcional que também produz governos eficientes incumbe-se da “capacidade de produzir uma relação equânime entre votos e cadeiras e a garantia de representação de minoria” (JAUARÁ, 2017, p. 325). Compreende-se também que o sistema Maioritário assume mais características apenas bipartidárias, que não era uma necessidade para a Guiné-Bissau naquele momento, mas sim um sistema mais abrangente. Desta forma, o sistema Proporcional foi visto como o mais ideal, porque tende a ser mais inclusivo. O país adotou a Representação Proporcional por acreditar que ele reúne condições de “assegurar a diversidade de opiniões no parlamento e garantir a equidade matemática entre os votos dos eleitores e a representação parlamentar” (JAUARÁ, 2017, p. 325).

As primeiras eleições no país geraram impactos em termos políticos e sociais em todo o território nacional. O vento da mudança política na Guiné-Bissau fez ressuscitar os antigos opositores do PAIGC como a Frente da Libertação para Independência Nacional da Guiné

(FLING), Movimento da Libertação da Guiné (MLG) e União dos Povos da Guiné (UPG) que eram formações políticas de oposição veteranas ao PAIGC desde os anos 1950 no período colonial. A Resistência da Guiné-Bissau (RGB/Movimento Bafatá), uma formação política criada em 1986 pelos antigos estudantes guineenses em Portugal, também surgiu um pouco antes de outras formações partidárias que apareceram nos anos 1990 para disputar a administração do país. Após a queda do já referido Artigo 4º da Constituição de 1973, que simbolizou abertura democrática no país em 1991, foi possível o surgimento das formações partidárias como o Partido da Renovação Social (PRS) em 1992 (fundado por Kumba Yalá um dos líderes fundadores do PRS, dissidente do PAIGC que se tornou uma figura de grande importância na arena política guineense por ser um dos principais protagonistas do processo de democratização no país); a União para a Mudança (UM), a Aliança Democrática (AD), o Partido Social Democrático (PSD), a Frente Democrática Social (FDS), e por último a União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP) fechou o lote dos partidos que disputaram as primeiras eleições gerais na Guiné-Bissau em 1994 (M'BUNDE, 2017).

A implementação democrática através das eleições envolveu, de forma direta ou indiretamente, diversas individualidades ou entidades sociais, políticas ou culturais na corrida eleitoral. Os primeiros sinais de proliferação partidária na Guiné-Bissau permitiram o surgimento da Comissão Nacional das Eleições (CNE) em janeiro de 1993, o órgão responsável para realização dos escrutínios no país. O momento político na Guiné-Bissau fez eclodir,

Função de associar ou defender [...]. Estes podem se servir de leis, instituições, instrumentos políticos, isto é, de diversos meios legais, físicos e culturais para atingir os próprios fins. Isto transforma o poder político em um poder superior a todas as outras formas de poder e ao qual todos recorrem para resolver os conflitos (BARBOSA, s/d, p.16).

4.4 CONCEITO DA DEMOCRACIA

Para melhor situar o ponto a ser destacado, vale ressaltar ou enquadrar melhor o conceito de “democracia” aqui referido. Democracia, é uma palavra com raízes no termo grego *democracia*, formado pela junção de termos *demos* (povo) e *kratos* (governos). O significado básico da democracia é, por conseguinte, o de um “sistema político em que o povo governa, e não monarcas ou aristocratas” (MENDES, 2010, p. 40).

Por sua vez Becker e Raveloson (2011, p. 5) entendem que, a “democracia como forma de estado está em demarcação com a monarquia, aristocracia e ditadura”. Na mesma

linha abordaram uma das mais conhecidas definições do termo democracia: “*government of the people, by the people, for the people*” – traduzindo, governo do povo, pelo povo, para o povo. Pode-se afirmar que, em contextos democráticos a política funciona como meio de debater problemas do povo e a democracia pode ser considerada como método da organização social adotada por muitos países pelo mundo e, permite-nos expressar, envolver e contribuir com aquilo que é público numa forma mais democrática, justa e, sobretudo, responsável.

O estado da democracia na Guiné-Bissau demonstrou indicadores importantes a quando da sua chegada, por ser um ato político que permite expressões e direito de escolha de forma livre. João Bernardo Vieira convocou o país para as primeiras eleições gerais e democráticas, realizadas em agosto de 1994, muito embora a lentidão da transição fez com que a Guiné-Bissau tornasse um dos últimos países africanos a realizar as eleições multipartidárias. O primeiro embate eleitoral aconteceu entre oito formações partidárias entre os quais figuram-se o PAIGC, PRS, UM, RGB, PSD, AD, FDS e UNDP. O partido libertador, o PAIGC, venceu a eleição legislativa, por ser a formação mais conhecida que já tinha ganhado carisma e a confiança entre o eleitorado – obteve 62 % de representatividade parlamentar, correspondente a 64 deputados. A restante percentagem e 38 ficou partilhado entre as forças da oposição, RGB elegeu cerca de 18 deputados, PRS com 12 deputados, UM ficou com 5 deputados e o FLING com apenas 1 deputado (JAUARÁ, 2017, p. 363). Quanto a corrida presidencial teve lugar para a segunda volta das eleições como demonstra o quadro a seguir dos números de eleitores durante 1ª e 2ª volta das eleições, uma vez que nenhum dos oito candidatos da primeira volta obteve mais do que 50% dos votos, a lei obriga a uma nova disputa como forma de possibilitar um vencedor como mais do que 50% dos votos:

Quadro 5 - Dados de participação nas duas voltas das eleições presidenciais de 1994 na Guiné-Bissau

1ª volta	Números	2ª volta	Números
Inscritos	400. 417	Inscritos	400. 417
Total de votantes	357. 682	Total de votantes	326. 615
Votos válidos	308. 623	Votos válidos	309. 747
Votos inválidos	49. 059	Votos inválidos	16. 868
Participação	89,30%	Participação	81,60%
Data de sufrágio	03/07/1994	Data de sufrágio	07/08/1994

Fonte: elaborado pelo autor com base em: African Election Data Base (1994). Disponível em:

<http://africanelections.tripod.com/gw.html> acessado em (04. Ago. 2018).

A segunda volta das eleições presidenciais ditou uma corrida inédita entre o candidato João Bernardo Vieira, com o candidato Kumba Yalá. Até aquele momento, Yalá não tinha exercido nenhuma função como dirigente político no aparelho estatal guineense. Este último saiu derrotado com pequena margem de votos, 52% a favor do Nino e 48% dos votos a favor de Yalá (M'BUNDE, 2017).

Quadro 6 - Dados da eleição presidencial de 1994 na República da Guiné-Bissau

Candidatos e partidos	1ª volta eleitoral		2ª volta eleitoral	
	nº de votos	% de votos	nº de votos	% de votos
João Bernardo Vieira (PAIGC)	142, 577	46,20%	161, 083	52.00%
Kumba Yala (PRS)	67, 518	21.88%	148, 644	48.00%
Domingos Fernandes (RGB/MB)	53, 825	17.44%	–	–
Carlos Gomes (PCD)	15, 645	5.7%	–	–
François Mendy (FLING)	8, 655	2.80%	–	–
Bubacar R. Djaló (LIPE/UM)	8, 506	2.76%	–	–
Vitor Saúde Maria (PUSD)	6, 388	2.07%	–	–
Antonieta Rosa Gomes (FCG-SD)	5, 509	1.79%	–	–

Fonte: estruturado pelo autor com base em Comissão Nacional das Eleições da Guiné-Bissau de 1994. Disponível em African Election Date Base 1994

<http://africanelections.tripod.com/gw.html> acesso em 04 Ago. 2018.

O PAIGC manteve o poder como partido vencedor das eleições legislativas, porém com um novo sistema político – o semi-presidencialismo – no qual é permitido que o partido maioritário indicasse um dos seus membros para chefiar o governo como Primeiro-Ministro sob nomeação do presidente da República, cujos poderes executivos ficam limitados. Com isto, o Primeiro-Ministro passa a carregar também o título de chefe do governo, função ao qual este também é incumbido, segundo a legislação, a responsabilidade de escolher os membros do governo e elaborar o orçamento geral do Estado que passa pela aprovação no parlamento para poder entrar em vigor.

As características do semi-presidencialismo são a eleição do parlamento e do presidente por sufrágio universal (legislativas e presidenciais). Contudo, ao contrário do

presidencialismo, o chefe do governo não é o presidente da república, mas o primeiro ministro. A adoção do semi-presidencialismo na Guiné-Bissau explica-se pelos laços históricos que este país africano teve com sua antiga metrópole colonial, Portugal. A maioria esmagadora dos Estados africanos possuem o sistema presidencialista, que não seguiu o modelo típico das suas antigas administradoras, neste caso a Inglaterra, que funciona por meio de uma monarquia constitucional.

O período pós-eleitoral na Guiné-Bissau em 1994 demonstrou créditos positivos a favor do país a nível internacional. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e a *Freedom of House* indicaram o país na linha dos países “Parcialmente Livres” (DJAU, 2016).

Neste sentido, a posse do governo do Coronel Manuel Saturnino Costa, membro do PAIGC em 26 de outubro de 1994, fortificou a credibilidade da comunidade internacional quanto as mudanças no país, mas posteriormente, esse governo acabou demitido em 6 de junho de 1997 por Vieira na qualidade do presidente da República, alegando a má gestão na origem da demissão. Saturnino Costa discordou da justificativa e apontou as interferências do chefe do Estado sobre o governo que atrapalharia o exercício das suas funções enquanto Primeiro-Ministro. Vieira nomeou o Engenheiro Carlos Correia em substituição a Costa para chefiar governo (JAUARÁ, 2017).

O governo guineense iniciou a aproximação com o exterior (países europeus e as organizações internacionais), uma vez que o país perdeu aliados militares e econômicos com o desaparecimento do mundo socialista nos anos 1990. O governo se aproximou da França como um dos países com os quais manteve acordos bilaterais de diversas naturezas com intuito de viabilizar o desenvolvimento político, social e econômico da nação. Entre os acordos, o país europeu exigiu ao governo guineense pôr fim ao fornecimento das munições ao Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), no Senegal¹³ (AUGUEL, 2007).

A Guiné-Bissau, em busca de fortificar a sua parceria com esse país europeu na linha econômica, teria levado o governo a cair na pressão condicionada da França com o seu “filho mimado” (Senegal), em admitir uma aliança econômica e monetária da Guiné-Bissau com países africanos de oeste africano, todas antigas colônias francesas – enquanto que o

¹³ O Movimento das Forças Democráticas de Casamance – MFDC é um braço armado fundado em 1947, pelo Augustin Diamacoune Senghor. Esta organização militar luta pela independência da região de Casamance, no sul de Senegal. Ao longo da sua história envolveu-se nos conflitos internos dentro do Senegal, contra o exército senegalês, enfrentou o exército da Guiné-Bissau e da Gâmbia. Suas áreas de operação incluem partes do território guineense, gambiano e do próprio Senegal. A interferência francesa nesse conflito deve-se ao fato de o Senegal ser antiga colônia francesa e, este concedeu ao Senegal a independência do país incluído a esta região que MFDC entendia que deveria ser um Estado autônomo e não uma região senegalesa.

presidente guineense se preparava para aderir a zona econômica do Franco da Comunidade Financeira da África – FCFA, que pertence a conhecida União Econômica e Monetária da África Ocidental – UEMOA, a 2 de maio de 1997. Assim o país tornou-se no oitavo membro dessa organização monetária regional, com intuito de aprofundar uma cooperação monetária a nível sub-regional.

Acirrava-se os ânimos em volta da polémica decisão do Estado guineense, inflamando as opiniões políticas e sociais, sobretudo pelo país estar a renunciar a sua própria moeda (Peso da Guiné-Bissau) em detrimento da adoção do Franco CFA, a moeda da UEMOA, além de uma comunidade financeira voltada a interesses da França. A integração da Guiné-Bissau a tal aliança econômica não só levou o país ao monopólio político senegalês (por ora francesa de forma indiretamente) na região de Casamansa, como passou a sustentar a economia do país vizinho (AUGUEL, 2007).

No entanto, Vieira e o seu governo entenderam que a adesão à moeda sub-regional possibilitaria uma estabilidade monetária e atrativa que poderia despertar interesse de um possível investimento externo. Porém, o Franco CFA veio a revelar-se, em termos econômicos e sociais, numa medida desastrosa justamente por não haver um acompanhamento macroeconômico capaz ou sólido para sustentar o desenvolvimento. Tais factos condicionaram o aumento da pressão sub-regional (Estados francófonos) sobretudo por parte do Senegal em uma descapitalização do país (SANGREMAN *et al*, 2006).

Em 1997, o presidente João Bernardo Vieira e o General Ansumane Mané teriam se envolvido numa acusação de difamação e calúnias entre ambos no que tange a situação de venda dos armamentos militares da República da Guiné-Bissau ao movimento independentista de Casamansa. Sabe-se que os dois já foram “irmãos da arma” durante a luta pela libertação da Guiné-Bissau e estiveram lado a lado no Golpe do Estado de 1980. Contudo, Mané foi afastado das suas funções de Chefe Estado Maior General das Forças Armadas pelo João Bernardo Vieira por decreto presidencial em janeiro de 1998 e, convidado a depor perante a Comissão de Inquérito de Assembleia Nacional Popular¹⁴ sobre o Tráfico Ilegal de Armas para os Independentistas de Casamansa. Durante o seu depoimento, não só negou as acusações de estar envolvido com vendas de armas, mas acusou e responsabilizou o presidente como o principal mentor de ato criminoso com os “rebeldes”. O tal cenário teria causado o seguinte estopim de conflito militar de “7 de junho” de 1998 (AUGUEL, 2007).

¹⁴ Produziu-se um relatório após cerca de dois meses de investigações onde recomendava que, em face da não existência de acusações que ligassem o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Brigadeiro Ansumane Mané ao tráfico de armas, fosse revisto o processo de suspensão do cargo que ocupava.

5 CAPÍTULO IV – A FASE DO CONFLITO NA GUINÉ-BISSAU E O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo, discute as questões conflituosas que assolaram o país recém-democrático na década de 1990, especificando as origens das rupturas políticas e militares que posteriormente eclodiu na primeira guerra civil do país. Um conflito que possibilitou um dos marcos políticos e militares de maior catástrofe daquele país no século XX. Os esforços evidenciados a nível nacional e da comunidade internacional como forma de garantir a reposição da ordem democrática na Guiné-Bissau, permearam a discussão.

5.2 A GUERRA CIVIL DE “7 DE JUNHO”, O GOVERNO DE TRANSIÇÃO E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1999

A ruptura político-militar que em 1998 culminou na Guerra Civil de 7 de junho teve nas suas origens a fragilidade das instituições do Estado que marcou o país durante anos. Um mês depois de VI Congresso do PAIGC, marcado de fortes guerras de palavras, veio a eclodir o levantamento militar de 7 de junho de 1998, vista como sequência natural do impasse político.

Este conflito deve ser analisado e compreendido numa perspectiva que abarque as dimensões externas. O aspecto externo referido cunha-se na rivalidade entre Portugal e França. Estes dois países têm encarado e disputado a política interna e externa guineense para seus interesses econômicos, culturais, políticos e geográficos. Portugal e França se tornaram os principais “concorrentes” no que diz respeito à política de “ajuda” e apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau a partir da segunda metade da década de 1990, com “maior passividade da política linguística e cultural de Portugal, em contraste com uma agressividade e dinâmica da política cultural francesa, de que o melhor exemplo foi a construção de um Centro Cultural de grande dimensão no centro da cidade de Bissau” (SENGREMAN *et al*, 2006, p. 15-16). Além disso, observa-se também que o próprio interesse da classe castrense, sobretudo dos líderes da “Junta Militar”, se encontrava em causa.

Isto levou a capital Bissau amanhecer no dia 7 de junho de 1998 num clima sombrio, onde se pairava fortes movimentações militares devido aos tiros que se faziam sentir na madrugada do mesmo dia. Com a tentativa da prisão do ex-Chefe do Estado Maior General

das Forças Armadas, o Brigadeiro Ansumane Mané, vulgo “Brik-brak” (chamado nessa altura pela alcunha de guerra) pelas forças leais ao presidente Vieira, depois deste ter exonerado o então homem mais forte da classe, castrense acusado de envolvimento de venda de armas ao movimento independentista do Casamance, no Senegal (JAUARÁ, 2017).

Porém, as informações iniciais sobre os confrontos militares foram tranquilizadoras. Relatou-se que se trataria de incidentes de proporções menores. Julgava-se também que se tratava de um pequeno grupo dos militares liderados pelo recém-exonerado Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané, que tinha se revoltado contra o presidente Vieira. A forma que foi veiculada as informações demonstrou que a situação tenderia a resolver-se brevemente (SENGREMAN *et al*, 2006).

Entretanto, Mané, líder militar, ofereceu resistência com suporte dos seus companheiros. Horas depois, no mesmo dia, a situação ficou mais tenebrosa quando os militares apoiadores do Mané assaltaram e assumiram diversas unidades castrenses do país, entre os quais o Tribunal Superior Militar situado no bairro Santa Luzia nos arredores de Bissau. O aquartelamento de Brá também foi assaltado e controlado pelas forças do general Ansumane Mané. Mais tarde, o principal aeroporto da Guiné-Bissau e a base aérea de Bissalanca ficaram também sob controle dos militares a favor do general Mané. A complexidade da situação teria levado o governo a reagir militarmente para repor as “normalidades”. Bissau rapidamente entrou numa situação de trevas – dias depois, aos 9 de junho de 1998, general Ansumane Mané autoproclamou-se chefe superior de Junta Militar (JM), principal força de oposição ao governo de presidente Vieira, justificando a revolta pela reposição da Democracia, Justiça e Paz no país (BWOOCK, 2015).

Percebe-se que os companheiros, ou seja, homens leais ao general Mané durante esse conflito, eram na sua maioria ex-combatentes da Liberdade da Pátria, dos quais cerca de 62% eram de grupo social Balanta e os demais 38% pertenciam a outros povos. A adesão maioritária desse povo é compreendida quando se observa o movimento de “17 de outubro de 1985”, quando houve acusações, prisões e assassinatos de várias personalidades políticas e militares deste grupo por motivos de suposta tentativa de golpe do estado contra Nino Vieira. O então conflito militar de “7 de junho de 1998” foi abraçado por estes como forma de retaliar as barbaridades do presidente Vieira e inseriram em diversas unidades castrenses do país.

Situados ao norte da capital Bissau, o quartel militar de Brá e a base aérea de Bissalanca constituem os principais paíóis do país. Ou seja, em termos geográficos, essas duas áreas constituem pontos estratégicos para a manutenção e logística da guerra. Mané perfilou militares experientes nas principais unidades castrenses consideradas estratégicas para o

controle da situação. No primeiro dia de conflito, em plena manhã de domingo, as trocas de tiros confirmaram as baixas, entre elas Rachid Saiegh, um dos mais notáveis entre os homens fortes da força governamental. A Junta Militar rapidamente emitiu um comunicado nos órgãos de comunicação social do país com os seguintes pontos de reivindicações:

- 1 – Demissão do Presidente da República e do Governo;
- 2 – Realização das eleições para o mês de julho de 1998.

O não cumprimento das exigências fez intensificar as tensões políticas e militares na Guiné-Bissau. Em termos sociais, o conflito apanhou as populações completamente desprevenidas e imobilizadas. O agravamento da crise teria mobilizado “as instâncias diplomáticas tanto no continente africano como nos países diretamente implicados na ‘cooperação’, na ajuda ao desenvolvimento local” a participarem nas negociações,

Uma comissão de cidadãos, composta por representantes diplomáticos estrangeiros, representantes das comunidades religiosas católica, protestante e muçulmana, líderes parlamentares e jornalistas, procurou uma mediação, numa tentativa de fazerem as contrapartes dialogarem, mas Nino Vieira não aceitou nenhum entendimento com os rebeldes, exigindo em primeiro lugar a deposição das armas (AUGEL, 2007, p. 68).

General Mané rejeitou a proposta de deposição das armas e criticou a denominação “rebelde” atribuído pelo Nino Vieira aos militares. Ansumane Mané disse serem “combatentes da liberdade da pátria, expressão carregada de significados, diretamente ligadas as lutas anticoloniais” (AUGEL, 2007, p. 68). É importante frisar que Mané conseguiu mobilizar maior parte da classe castrense, entre os quais ex-combatentes, ao seu favor, uma situação que deixou Vieira vulnerável em termos numéricos. Vieira teve também uma grande perda em termos de capacidade militar considerando a experiência da guerra que estes possuem.

Nino Vieira viu-se obrigado a pedir ajuda aos países vizinhos que rapidamente disponibilizaram contingentes militares para combater na Guiné-Bissau. De acordo com Augel (2007, p. 68), “o Senegal enviou, já nos primeiros dias do conflito, cerca de um milhar e meio de soldados, enquanto a República da Guiné-Conakry, meio milhar”. O contingente senegalês foi comandado pelo coronel Abdoulaye Fall. Do lado das forças militares guineenses, a chefia ficou sob responsabilidade do comandante Samy Tambá, morto em combate.

O comportamento do presidente Vieira em solicitar a vinda de forças estrangeiras para lutar na Guiné-Bissau causou fortes indignações políticas e sociais no país. O facto condicionou uma solidariedade da opinião pública a favor da Junta Militar quase em todo o território nacional. Essa solidariedade popular fez com que a iniciativa dos militares passou a ser visto como uma ação libertadora pelos populares que autodenominaram os militares de *Junta Militar de Povo*.

As intervenções das forças estrangeiras foram feitas a luz de Acordo de Defesa Mútuo entre a Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conakry que tem como propósito a salvaguarda de um regime constitucional e democrático. Essa foi a razão que levou Vieira alegar no fato de ter apelado essa intervenção no país, no sentido de impedir um golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito. Todavia, acordos da defesa dessa natureza previam ajudas destes países à Guiné-Bissau em caso de uma invasão ou agressão externa. Neste caso é obviamente contrário com a justificativa de Vieira e fez com que reforçasse cada vez mais a solidariedade e aproximação da população a favor de Junta Militar (ZEVERINO, 2016 *apud* DJAU, 2016).

A rápida prontificação do exército senegalês particularmente em intervir na Guiné-Bissau acarretou também interesses particulares. O país vizinho viu a Junta Militar como fator de instabilidade na região de Casamansa, por terem Ansumané Mané (de origem Djola e Mandinga, povos predominantes em Casamance, região em disputa) como líder, uma vez acusado de fornecimento de armamentos aos “rebeldes” de MFDC uma organização que estado senegalês a combater há muito tempo.

As populações que se encontravam na capital Bissau ficaram retidas sem grandes chances de abandonarem o campo de tiroteio entre as forças bélicas. Daí a Junta Militar resolveu exortar estes a abandonarem suas residências rapidamente levando consigo apenas materiais emergenciais como forma de facilitar a fuga de “campo da batalha” na capital Bissau. Numa altura em que as tensões entre as partes subiram com a presença das tropas estrangeiras no país, Portugal iniciou a evacuação através de uma “operação de salvamento” de portugueses.

5.3 AS MEDIAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS, OS TRATADOS DA PAZ E O FIM DA GUERRA

Durante a guerra, os beligerantes mantiveram diversos encontros para efetuarem as negociações que permitiriam o fim da guerra. A restauração da paz na Guiné-Bissau envolveu

as iniciativas internas das autoridades tradicionais, religiosas e dos parlamentares. A nível externo, o país contou com apoio dos parceiros com qual manteve acordos bilaterais como Portugal, Gâmbia e Angola e em nível multilateral através da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Seguiram-se outros espaços de mediação como o acordo de Praia capital cabo-verdiana, em agosto de 1998, que previa um cessar-fogo. As partes voltaram a se encontrar em Abuja, na Nigéria sob auspícios da CEDEAO para definir novos acordos, no dia 1 de novembro de 1998. Entretanto, o conhecido Acordo da Paz de Abuja apenas foi concretizado em 13 de novembro de 1998, assinado por líderes dos ambos os lados, o general Ansumane Mané e o presidente João Bernardo Vieira (KOU Dawu, 2001; KOHL, 2014 *apud* DJAU, 2016).

5.4 ACORDO DE PAZ DE ABUJA E O FIM DA ERA NINO VIEIRA

Quase três meses depois de assinatura de Acordo da Paz em Abuja, esse acordo foi ratificado em Lomé, capital de Togo, no dia 17 de fevereiro de 1999, prevendo assim a constituição de um governo provisório que devia tomar posse no dia 20 de fevereiro de 1999. No entanto, o presidente Vieira mostrou-se insatisfeito e desacatou as recomendações do acordo e recusou a renunciar-se, justamente por este ser desfavorável a ele, uma vez que a constituição de governo de transição acarretou a perda dos seus poderes enquanto presidente da República. Daí ele voltou a desencadear novas ofensivas com o objetivo de recuperar seu prestígio, e a capital Bissau voltou a ser mais uma vez palco da guerra sob ataques violentos entre as partes. Bissau mergulhou nos delírios e a pilhagem dos lugares públicos e privados cresceu, “edifícios públicos e particulares (até as embaixadas estrangeiras) foram arrombados e saqueados pelos soldados senegaleses, outros incendiados ou destruídos por obuses e granadas” (AUGUEL, 2007). A maioria das populações procuraram acomodar-se nas vilas e em outras regiões que não estavam em condições logísticas e de infraestrutura para albergar grandes números de pessoas.

A intensificação da guerra criou uma disputa entre as partes e o quartel de Brá, que se tornou o principal símbolo da resistência considerada fundamentais para a Junta Militar. As forças estrangeiras não conseguiram conter as forças do Mané. As tentativas de negociação voltaram ao palco da guerra envolvendo de novo os governos de Gâmbia, Angola e Portugal, assim como o então Bispo de Bissau, Dom Settimio Arturo Ferrazzetta. Mas, tudo acabou por fracassar. A luta ampliou-se pelo interior do país com um ataque dos militares senegaleses

ao quartel de Mansôa através do Rio Geba com botes amando do governo guineense. Não obstante disso, todas as tentativas de forças leais a Presidente Vieira foram neutralizadas e a Junta Militar foi ganhando espaços em direção ao centro de Bissau, principal reduto de forças governamentais (JAUARÁ, 2017).

Meses depois, no dia 6 de maio de 1999, Nino Vieira viu-se obrigado a refugiar-se na embaixada de Portugal em Bissau sem recursos suficientes para continuar a guerra. A Junta Militar assumiu controle de Palácio presidencial e dias depois de militares terem controlado a situação, Nino Vieira renunciou o poder nas instalações diplomáticas portuguesas na capital guineense e partiu para o exílio em Portugal (DJAU, 2016).

Segundo Jauará (2017, p. 371), as negociações para pôr fim ao conflito político-militar na Guiné-Bissau foram feitas várias vezes, desde o encontro de cessar-fogo de Praia em agosto de 1998 até à assinatura de acordo de Abuja em 1999 acabou por vigorar no fim da guerra com os seguintes pontos no acordo:

1º - reafirmação do acordo de cessar-fogo assinado em 26 de agosto de 1998 na cidade de Praia (República de Cabo Verde);

2º - retirada total dos militares estrangeiros, simultaneamente com o envio de uma força de interposição da ECOMOG¹⁵ (missão da paz da CEDEAO);

3º - a força de interposição garantirá a segurança na fronteira com o Senegal, manterá as partes separadas e permitirá às organizações humanitárias livre acesso às populações civis. Ao mesmo tempo, o aeroporto de Bissalanca e o Porto de Bissau, que estão sob o domínio de Junta Militar, serão abertos;

4º - formação de um Governo de Unidade Nacional (GUN) que, segundo o acordo, deverá incluir, além dos representantes do presidente Nino e da Junta Militar, os representantes das outras formações políticas;

5º - preparação e convocação das eleições legislativas e presidenciais para 1999, sob a supervisão da comunidade internacional.

A realidade de Acordo de Paz de Abuja deu início ao andamento do documento intitulado “Projeto de Pacto de Transição Política”, um projeto estabelecido entre a elite militar, partidos políticos, Assembleia Nacional Popular e governo de transição. Juntos definiram e elaboraram o chamado “Quadro Legal para a Condução da Normalidade”, um

¹⁵ O Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (em inglês: Economic Community of West African States Monitoring Group), **ECOMOG**, ou Brigada de Supervisão de cessar-fogo da CEDEAO (em francês: Brigade de surveillance du cessez-le-feu de la CEDEAO), também chamado de "Capacetes Brancos" geralmente esta força é acionada para cumprir missão nos países em conflito ou em situação de conflito.

documento que visa respeitar as normalidades constitucionais, aprovado e ratificado no dia 21 de maio de 1999 (KOUAWO, 2001 *apud* DJAU, 2016, p. 29).

5.5 DESAFIOS POLÍTICOS E A RESTRUTURAÇÃO DA NORMALIDADE DEMOCRÁTICA PÓS-GUERRA

A Guiné-Bissau pós-guerra sem dúvidas passou a viver uma nova era a nível político e social. A reposição democrática no país passou a ser guiada a partir da carta “Projeto de Pacto de Transição” que, entre as suas atribuições, visava a institucionalização de um governo civil e democrático. Este aspecto tornou a carta um passo importante para a normalização de processo da paz no país. Todavia, esta carta contém lacunas que poderiam inviabilizar a normalidade institucional, porque privilegiava o Comando Supremo de Junta Militar a ter acesso e interferência na administração e na tomada da decisão no governo. Isto quase ameaçou o processo da paz entre o Governo de Transição Civil e a Junta Militar, uma relação que começou a deteriorar-se ao longo da transição como demonstra Rudebeck (2001), ao apontar que:

Por um lado, o objetivo definido do pacto era “a condução do país a uma normalidade constitucional em condições de estabilidade institucional e política”. Por outro lado, dava-se ao Comandante Supremo da Junta Militar, ou seja, o Ansumane Mané, um lugar muito central neste documento de transição constitucional. Segundo este, o primeiro-ministro deveria manter o presidente e o comandante da junta informados das suas ações (artigo 4) e para além disso, o presidente só poderia exercer algumas das suas competências com autorização expressa do comandante da Junta Militar (artigo 6.2). Tratava-se aqui de competências tais como eleger ou depor o primeiro-ministro, membros do governo, o comandante supremo das forças militares, o Procurador Geral da República (não incluindo os juízes); amnistiar ou alterar sentenças; dissolver a assembleia nacional e demitir o governo em caso de crise grave (artigos 7.1 e 7.7). No que diz respeito às competências do governo de transição o pacto refere-se diretamente (artigo 10) ao acordo de paz de Abuja que assenta na divisão de poderes entre o presidente (“Nino” na ocasião da assinatura do acordo da paz em 1 de Novembro de 1998) e o comandante da junta. Por fim estabelecia tratado também que o governo de transição era responsável politicamente perante o presidente da república, o comandante supremo da junta militar e a assembleia nacional (artigo 12). Segundo o pacto de transição era exigida assim a participação e a provação do poder militar em situações fundamentais do exercício da autoridade do Estado. (RUDEBECK, 2001 *apud* DJAU, 2016, p. 29).

Com isso, Rudebeck (2001) nos mostra que a Carta de Transição visava colaborar com a reposição de uma democracia segura e afincada nos parâmetros legais de ordem política e social da nação guineense. Contudo, não passou de uma estratégia de uso de força e de

autoritarismo das elites militares, pois a carta também politizou os poderes da elite militar guineense.

6 CAPÍTULO V – ANOS 2000: UM NOVO INÍCIO PARA AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA GUINÉ-BISSAU

6.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo analisa as fases finais da guerra civil, os acordos alcançados e os novos caminhos buscados para estabilidade na Guiné-Bissau. O período da transição política entre 1999 e 2000 juntamente com as realizações das eleições gerais no qual saiu o novo governo e presidente da república. Aborda-se também os períodos antes e pós a eleição de 2005.

6.2 A REPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS 2000, OS SOBRESSALTOS E OS ASSASSINATOS

Após as tensões político-militares transformadas em guerra de 7 de junho de 1998, que se alastrou por um período de onze meses, intensificaram-se as estratégias que visavam contribuir para o crescente clima da paz. Quer dizer, findada a crise de 1998-1999, os esforços iniciais no país demonstravam completa obcecação para garantir estabilidade política e social como forma de reerguer a Guiné-Bissau (MACQUEEN, 2005).

O governo de transição se engajou no sentido de evitar novas consequências imprevisíveis através da criação dos espaços de diálogo e negociações, visando o restabelecimento de um clima de concórdia. Daí tornou-se necessário a reaproximação e a articulação com os parceiros para reatarm os laços, assim como da sociedade para acionar espaços de concertação junto dos poderes localmente reconhecidos, tais como líderes religiosos e poderes tradicionais, todos em prol de uma conjuntura favorável.

É desta forma que a Guiné-Bissau enfrentou novas eleições em 1999, a segunda da sua história como um país democrático (depois das eleições gerais de 1994). A realização das eleições legislativas e presidências entre novembro de 1999 e janeiro de 2000 foi apoiada e fiscalizada internacionalmente pelos Observadores Internacionais, levou Kumba Yalá (PRS) e Malam Bacai Sanhá (PAIGC) a disputarem a presidência da República entre doze candidatos.

Assistiu-se na arena política guineense uma viragem da página histórica, com a perda do poder por parte do PAIGC, primeira vez desde que assumiu o país após a independência, para ascensão do PRS, ao poder pela primeira e única vez até então, sob liderança do Yalá. Este se tornou presidente com uma margem de 72 % dos votos correspondentes a 251.193

votos contra 28% equivalente aos 97.670 votos, acreditados ao então presidente interino da República Malam Bacai Sanhá, num universo de 503. 007 eleitores inscritos, no entanto, compareceram para às urnas cerca de 361.609 eleitores.; Foi verificada uma taxa de abstenção correspondente ao 28, 11%; verificou-se também 7.067 votos em brancos e 5.671 votos nulos; desta forma Yalá se tornou vencedor das eleições com maioria absoluta, o triunfo jamais visto nas eleições da Guiné-Bissau até então (JAUARÁ, 2017).

Por um lado, a histórica derrota dos libertadores explica-se pelos diversos fatores entre os quais está a deficiência dos governos do PAIGC desde a independência até o eclodir do conflito do “7 de junho”. Por outro lado, a própria insurreição militar de junho de 1998 afetou profundamente o clima pré-eleitoral. A classe política e social guineense pós-guerra revelava forte vontade de mudança. Os números de votos expressos ao PRS e o seu candidato à presidência na segunda volta das eleições (72% contra 28% já referidos) comprovou isso, parecia um consenso popular em afastar os libertadores do cenário político nacional. Concluído o processo eleitoral, Yalá e o seu partido entraram em exercício no ano 2000. As expectativas eram de uma mudança de fato, quer a nível social e político, assim como em nível internacional, sobretudo por parte dos parceiros com quais a Guiné-Bissau mantinha cooperação em diversos níveis, no entanto, as expectativas esperadas, não lograram.

Contudo, Yalá revelou-se incapaz de reerguer o sistema político e social do país e acabou por ser visto como o presidente que contrariou os prognósticos promissores que havia demonstrado a quando da corrida eleitoral, como ser um chefe do Estado equilibrativo, justo e juiz dos conflitos institucionais. Tal fato teria inclinado a esperança popular novamente a pessoa de General Mané, esse foco alternativo a sua pessoa somente ficou sanada como o seu assassinato em 2003. Nos três anos da presidência de Yalá, a situação política nacional entrou para extrema complexidade onde “o próprio presidente revelou-se fonte de maior instabilidade institucional [...]” (JAUARÁ, 2017, p. 349). Durante o mandato do Yalá, houve destituição de três gabinetes ministeriais, um por ano de acordo com Jauará (2017). Yalá atribuiu a chefia do primeiro governo ao advogado Caetano N'tchama¹⁶, que exerceu a função do chefe do governo entre 19 de fevereiro de 2000 a 19 de março de 2001, mas este não conseguiu efetuar uma gestão esperada e foi destituído e, assim convidado o sociólogo Faustino Fudut Imbali¹⁷ a assumir o posto entre 21 de março de 2001 a 9 de dezembro de 2001. Este também não conseguiu mudar o cenário complexo nos órgãos de administração

¹⁶ É membro do Partido da Renovação Social, a mesma formação política com presidente Yalá.

¹⁷ Imbali concorreu como candidato à presidência do país nas eleições de 28 de novembro de 1999, alcançando apenas o terceiro lugar com 8,22% dos votos, era do partido do Manifesto do Povo – MP.

pública e acabou por ser demitido das funções e chamada a terceira figura na qualidade de Alamara N'tchia Nhassé¹⁸, um engenheiro que dirigiu o governo entre 9 de dezembro de 2001 a 17 de novembro de 2002 que também fracassou (JAUARÁ, 2017).

Com a crise em curso em vários setores da administração pública, Yalá realizou uma série de promoções dos patentes militares aos generais da classe castrense, o fato que teria originado uma instabilidade entre ele e o então Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas – CEMGFA, Brigadeiro Ansumane Mané., No entanto, este líder militar mostrou-se descontente com a forma que o presidente prosseguia o país e particularmente como tratou a classe castrense. Daí resolveu intervir e removeu as condecorações (promoções) feitas pelo presidente. Mané teria afirmado também de que iria amarrar uma corda à cintura do Yalá, como forma de frear a velocidade deste.; Por sua vez, Yalá desagradado com as limitações que este lhe havia sido imposto, em um dos seus discurso visivelmente desapontado, proferiu as seguintes palavras: “ou morreremos todos ou viveremos em paz” (CORDEIRO, s/d, p. 2), na sequência de um duro discurso do líder de classe castrense. Aa quando da nulidade das promoções, essas desavenças teriam culminado em assassinato do Mané em 2003 e levou o general Veríssimo Correia Seabra a tornar o novo líder militar da Guiné-Bissau.

Essas, entre outras ocorrências, fizeram com que a eleição dos renovadores foi vista posteriormente no meio social e político como um governo “marcado pela corrupção, uso arbitrário do poder e promoção de intrigas entre os grupos étnicos como forma de se manter no poder” (TEIXEIRA, s/d, p. 9). Por outro lado, o governo do PRS rapidamente caiu numa crise económico e social agudizada, o que levou a perda das credibilidades internacionais por parte da Guiné-Bissau. Agravamento dessa crise e constantes ameaças aos princípios democráticos teriam obrigado a reversão autoritária do poder no país.

Em 14 de setembro de 2003, assistiu-se aquele que se pode descrever como o golpe do Estado mais previsível da África, que levou à destituição do Yalá pelo exército. Protagonizado pelo General Veríssimo Correia Seabra, a deposição do Yalá “pôs em evidência todas as debilidades existentes no país e ficou marcado por uma enorme instabilidade política e social” (SANGREMAN *et al*, 2006, p. 20). A demissão do Yalá acabou por abrir um ciclo sucessivo de transições, golpes e assassinatos que serão descritos daqui para frente. No entanto, o mandato da presidência do Kumba Yalá foi continuado interinamente por Henrique Rosa conjuntamente com o Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática, órgão consultivo do Presidente da República interino e

¹⁸ Nhassé foi Presidente do Partido da Reconciliação Nacional, chegou a liderar o Partido da Renovação Social.

liderado pelo general Veríssimo Correia Seabra até a realização das legislativas do março de 2004, que veio a devolver o poder ao PAIGC, através do seu candidato principal Carlos Gomes Jr.

Mas antes, ou seja, durante o período marcado pela transição, através de um documento intitulado Carta da Transição Política – CTP, o país deixou a sua constituição e passou a ser governado através da referida carta, temporariamente, a partir de dois órgãos (Comité Militar e o Conselho Nacional de Transição) que permitia partilha dos poderes entre os políticos, militares e algumas personalidades da sociedade civil. Estes, juntos nomearam um presidente e um governo que posteriormente contou com a inclusão do poder judicial até as eleições de 2004 (VIEGAS, 2013).

Entretanto, Sangreman *et al.* (2006, p. 20), acreditam que o assassinato “do General Veríssimo Seabra, em Outubro de 2004, perpetrado por militares que tinham sido destacados anteriormente para missão de paz na Libéria no âmbito da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e da ONU” demonstra caminhos para um ciclo vicioso dos assassinatos das figuras políticas e militares que marcou a Guiné-Bissau por um tempo.

Com a entrada em função do governo do PAIGC liderado pelo Carlos Gomes Júnior, em 2004, começaram a delinear os esforços e as estratégias a nível interno (dentro do governo) e externo (junto dos parceiros internacionais), retomando os laços políticos e da cooperação suspensas para possibilitar a realização da eleição presidencial. Desta forma, tornaram possíveis a realização dos escrutínios presidenciais constantemente proteladas até 2005, uma eleição que permitiu o regresso do João Bernardo Vieira ao poder presidencial, depois ter sido deposto em maio de 1998, pelos militares sob comando de Ansumane Mané.

6.3 A DISPUTA ELEITORAL DE 2005 E OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELOS GOVERNOS

Na nova era na política nacional, destacavam-se entre as principais figuras João Bernardo Vieira e o Malam Bacai Sanhá na corrida para presidência do país. Vieira surgiu como candidato independente, ou seja, sem apoio direto de qualquer força partidária, contrário do Bacai Sanhá, suportado pelos libertadores. Contudo, importa ressaltar que Vieira teria voltado ao país após seis anos do asilo em Portugal para possibilitar uma reconciliação entre as figuras políticas e militares na Guiné-Bissau., Depois concorreu as eleições que se seguiram onde saiu vitorioso frente ao Bacai Sanhá, num escrutínio fortemente contestado a

nível interno pelos partidos e pelo próprio candidato derrotado, apesar de a sua eleição contar com uma considerada generalidade dos observadores como livres e justas.

A fase pós eleições de 2005 desenvolveu outros cenários da ruptura democrática na Guiné-Bissau. As divergências internas no seio dos libertadores ter-se-á refletido na administração do país, sobretudo entre Nino Vieira (presidente da república) e o Carlos Gomes Júnior (primeiro ministro). Nino Vieira apoia-se nos dispositivos constitucionais para destituir o governo de Carlos Gomes Júnior, através de uma moção de censura e formando outro governo através de uma coligação parlamentar junto com o Fórum de Convergência para o Desenvolvimento – FCD e os membros dissidentes do PAIGC convidando PRS e o PUSD. Vieira incumbe-se da nomeação do governo assentado na base parlamentar e confiando a chefia do governo a Aristides Gomes (SANGREMAN *et al*, 2008).

Constata-se os reflexos da queda do governo entre o país e seus parceiros internacionais. FMI e o BM, porque estes cortaram formalmente suas relações com a Guiné-Bissau. Os demais parceiros a nível da comunidade internacional retraíram-se mais uma vez na disponibilização efetiva dos fundos para resgatar o país do colapso, embora com a intenção de realizar uma conferência de doadores, porém protelando a concretização da mesma por um longo tempo. Os tais adiamentos sejam influenciados pela corte das relações de BM e o FMI com o país. O tal cenário causou inevitáveis dificuldades financeiras ao governo criado na base parlamentar, enquanto outros factos, como as divergências dentro do PAIGC agravaram a situação.

As clivagens internas teriam criado duas alianças dentro dos libertadores, uma pertencente ao presidente denominado “Movimento Abel Djassi” e a outra fiel ao primeiro ministro (que não possui uma nomenclatura específica) que defenderam o caminho certo, só “se a formação do Governo respeitar a hierarquia partidária com origem nos resultados eleitorais” (SANGREMAN *et al*, 2008, p. 14). Os congestionamentos políticos internos do PAIGC afetaram fortemente o normal funcionamento dos aparelhos estatais guineenses. Enquanto acontecem os impasses entre os libertadores e no próprio governo, o país enfrentava nesse mesmo período problemas de tráfico de droga, que envolve membros do estado e de classe castrense.

O tal cenário escancarou a negativa imagem do país no exterior, nomeadamente junto da CEDEAO, OUA (atual UA), CPLP, União Europeia e outros parceiros internacionais. A mesma situação também contribuiu na degradação e na visibilidade da fragilidade dos órgãos estatais em controlar a propagação e circulação da droga. Os tais fatos originaram numa alteração da coligação parlamentar entre as principais formações partidárias, que se refez com

base no PAIGC, PRS e PUSD, juntos apresentaram uma moção de censura e, em seguida apresentaram o nome de Aristides Gomes que foi vice-presidente do PAIGC e um dos dissidentes do mesmo partido para Primeiro Ministro, que o Presidente da República aceitou em maio de 2007 (SANGREMAN *et al.*, 2008).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a discussão abordada ao longo deste trabalho realça a importância política de todo processo de democratização na Guiné-Bissau assim como as adversidades que mesmo teve nesse percurso. O começo deste trabalho traz diversas fases políticas que marcaram espaço territorial guineense desde quando não constituía uma república, considerando os moldes contemporâneos de um Estado-nação, ou seja, quando integrava um dos maiores impérios africano – o Império do Mali – e, posteriormente o reino do Kaabú. Esses dois espaços marcaram a fase embrionária da formação política e social guineense obedecendo as questões culturais que teve influência na nova abordagem política da Guiné com o surgimento do PAIGC que incorporou estes valores culturais a sua luta.

Isso tem sido importante para as sociedades guineense e não só, como serviu de ponte para as vantagens em diversas circunstâncias como na unificação para a luta pela libertação nacional, tanto para as questões políticas que permearam o cenário nacional. Os obstáculos que o país enfrentou no período pós a independência e as cíclicas atrapalhações políticas que marcaram o país entre os finais da década de 1970 até o início da democratização nos anos 1990, dificultam as medidas que pautam pelo desenvolvimento do estado guineense. Ao analisar todo esse percurso, torna evidente os efeitos das crônicas divergências no seio do PAIGC que sempre afetam diretamente o normal processo político da Guiné-Bissau, desde quando esta formação política era a única e detentora do poder no país até mesmo depois que era permitida a existência de outras que figuram como a oposição.

Esse panorama objetiva compreender não só a importância e a contribuição dos povos guineenses na formação política e social, assim como os seus contributos para o próprio país. A independência da Guiné-Bissau e a entrada em função do governo do PAIGC veio assumir novas fases políticas para o país, obviamente com a mudança do Estado colonial para o Estado nacional que também teve seus sobressaltos desfavoráveis ao desenvolvimento econômico, político e social do país como o caso de golpe político e militar de 14 de novembro de 1980 protagonizado pelo General João Bernardo Vieira, tal insurgência alastrou-se a caso de “17 de outubro de 1985” que fez eclodir a maior conflito civil na história do país, o chamado “7 de junho de 1998”.

Anos 1990 possibilitou um dos mais marcantes processos democráticos da Guiné-Bissau. a queda do artigo 4 da Constituição da República e abertura democrática que permitiu a realização das primeiras eleições gerais daquele país em 1994. Tal feito finda o período de monopartidarismo e abre caminhos para o multipartidarismo e surgimento de outras

formações partidárias que fizeram oposição ao PAIGC que até então era a única formação partidária reconhecida que governava o país.

Em suma, as questões conflituosas assolaram fortemente o país nos finais da década de 1990, no decorrer do conflito político e militar de “7 de junho”, fruto de rupturas políticas e militares que acabou por devastar o país em termos econômicos, social e político. Os sucessivos instabilidades levam atuação da comunidade internacional a tornar frequente na Guiné-Bissau para mediar os conflitos e ajudar nas reposições das ordens constitucionais.

Contudo, apesar de ser vários os esforços envidados, no sentido da busca pela verdadeira e segura estabilidade política que possa relançar o país para os resultados de desenvolvimento desejado desde a independência do país, os resultados encontram aquém do esperado, obviamente, dada as cíclicas interrupções antidemocráticas, acima mencionada.

No entanto, período pós guerra de “7 de junho de 1998”, tornou claro os esforços tidos para instituir a reposição democrática realmente almejada no país; as atividades dos dirigentes políticos nacionais e internacionais, a sociedade civil e dos variantes atores demonstram que, existe sim, os esforços para a implementação de mecanismos de transição para a paz e o desenvolvimento sustentável baseado no Estado de direito que facilita os processos democráticos.

A frequência dos acontecimentos antidemocráticas e inconstitucionais explica-se através das fracas instituições políticas e estatais, envolvimento da classe castrense nas responsabilidades políticas e civis e órgãos de poderes jurídicos fragilizados, tudo isso indica uma das principais dificuldades da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

AMADO, Leopoldo. **Guiné-Bissau: 30 anos da independência**. Africana Studia, n. 8, edição de Faculdade de Letras de Porto, p. 109-135, 2005.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENNIS, Warren; NANUS, Burt. **Líderes Estratégias para assumir a verdadeira liderança**. Trad. Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: Harbra Ltda, 1988.

BARBOSA, Wilmar. **História e política: elementos introdutórios**. s/d. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12578101/historia-e-politica-elementos-introdutorios-inicio>. Acesado em 05 de jun. de 2018.

BECKER, Paula; RAVELOSON. Dr. Jean-Aimé A. **O quê é democracia?** Luanda: Iris Buchholz, 2011.

BOAHEN, Albert Adu. **África sob dominação colonial, 1880-1935**. In: História geral da África, Vol. VII, 2 ed. Brasília: UNESCO, Cap. 1, 2010.

BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau 1998-2012**. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CORDEIRO, Roberto Sousa (s/d). **GUINÉ-BISSAU: Entre as sombras do militarismo e da impunidade**. Disponível em: <http://www.didinho.org> Acessado em: 16 nov. 2018.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné Bissau 1973-2005: uma análise sobre a relação civil-militar no processo de transição política**. Disponível em: <http://www.didinho.org> acessado em: 12 nov. 2018, (s/d).

DJAU, Malam. **Trinta anos de golpes de estado na Guiné-Bissau: uma análise da elite militar**. “Dissertação” (Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2016.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. “Dissertação” (Estudos africanos) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Prefácio ao Diário da Libertação**. n. 2, São Paulo: Versus, 1977.

GOMES, Daniel Filipe Franco. **O 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela imprensa portuguesa. Análise comparativa**. Revista portuguesa de História, Coimbra. n. 45, p. 481-506, 2014.

JAUARÁ, Manuel. **Análise do processo de transição democrática na África lusófona**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

KOUDAWO, Fafali, MENDY, Peter Karibe. **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996.

LOPES, Carlos. **Guiné-Bissau a procura de um modelo social**. Soronda: revista de estudos guineenses, Bissau: INEP, n. 1, jan, 1986.

MACQUEEN, Norrie. **Trajectórias divergentes: Guiné-Bissau e Cabo Verde desde a independência**. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r8/RI08_02NMacQueen.pdf. Acessado em 8 de jan. 2019.

MANÉ, Mamadú. **O Kaabú: uma das grandes entidades do património histórico senegambiano**. Soronda: revista de estudos guineenses, Bissau: INEP, n. 7, jan.

MANGO, Calido. **As lutas de libertação e os processos da descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesas (1955-1975)**. Lisboa: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento partidário e cíclica interrupção política na Guiné-Bissau (2017)**. Disponível em www.periodicos.ufes.br. Acessado em 05 de jun. de 2018.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades**. “Dissertação” (Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

MENDY, Peter Karibe. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva**. São Paulo, Anais... Unesp, 2011.

MENDY, Peter Karibe. **Conquista militar da Guiné: da resistência à “pacificação” do arquipélago dos Bijagós**. Soronda: revistas de estudos guineenses, Bissau: INEP, nº 13, jan.1992.

MOIO, Rui. **Mandingas, ou um pouco da história da Guiné**. Antologia: s/l, 2008. OS DESCOBRIMENTOS. A colonização da Guiné. s/d.

SANCHES, Idalina Rodrigues. **Novo contexto mas velha política: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014**. Painel 1- Democracia, governança e Estado. “Espaços lusófonos” (1974-2014) trajetórias económicas e políticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade de Lisboa, 2014.

SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso. **Avanços e impasses no processo de transição política em Guiné-Bissau (1993-2009)**. “Monografia” (Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Antonio, E. Duarte. Seminário **“Debate a Constituição da Guiné-Bissau”: As Constituição da Guiné-Bissau. Que Constitucionalismo?** Bissau: UNIOGBIS/FDB. 2010 Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5b1%5d.pdf> acesso em 02 de jun. de 2018

SANGREMAN, Carlos; SOUZA JR., Fernando; ZEVEIRINO, Guilherme; BARROS, Miguel. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil: Coleção Documentos do Trabalho**, nº 70, Lisboa: Centro de Estudos sobre a África e do Desenvolvimento e do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2006.

SANGREMAN, Carlos; SOUZA JR., Fernando; ZEVEIRINO, Guilherme; BARROS, Miguel. Guiné-Bissau (1994-2005). **Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil**. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/738#annexe>. Acessado em 18 dez. 2018.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas (s/d). **Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003**. Disponível em: <http://www.didinho.org> Acessado em: 12 nov. 2018.

VIEGAS, Claudina Augusto Tavares. **Justiça de transição na Guiné-Bissau – o papel das operações de manutenção de paz**. “Dissertação” (Direito) – Faculdade de Direito de Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.